



Conforme narrado em vários de meus textos, cheguei a Gana em 1976, dois anos após minha primeira viagem à África, quando estive em Dakar, no Senegal, como membro da primeira missão oficial comercial brasileira ao Continente, que havia bem pouco tempo tivera quase a totalidade de suas nações livres do jugo imperial de potências europeias.

Nunca residi em Gana, porém, em um circuito de vai e vem, estive no país, com estadas de uma semana a um mês. Assim foi até o final dos anos 1980. Voltei nos anos 2000 e encontrei Acra com aspecto de metrópole ocidental.

Minha presença nesses períodos era primordialmente comercial. Dei assessoria a três bancos ganenses na compra de tecnologia tropical, como assim era chamada, e máquinas fabricadas no Brasil. Assim, deu-se um relacionamento com pessoas que formavam a elite do País, todos egressos das universidades locais, existentes desde tempos de colônia britânica, e muitos com formação na Europa, Estados Unidos e Canadá.

A margem dos encontros de trabalho, reuniões com senhores engravatados e em salas climatizadas, fui me encontrando com

professores, advogados — a intelectualidade nativa. Daí que recebi vários “*papers*” que se tornariam livros ou eram em si teses acadêmicas. Quando cheguei em Gana, havia dezenove anos da Declaração de Independência, pouquíssimo afastado do domínio estrangeiro sobre a nação e os nacionais. Muito de ressentimento às palavras e gestos escondiam, ou expressavam histórico desagrado ou euforia dos vencedores, sendo eloquente a onda de troca de nomes ocidentais por nomes nativos. E o líder da Independência, até então registrado como Francis Kwame Nkrumah, passou a ser apenas Kwame Nkrumah, com o qual entrou para a História, abandonando o ocidental Francis. Eu mesmo, vi o formal Dacosta dos tempos iniciais de relacionamento ser substituído. Na amizade que foi se formando, recebi o nome dos nascidos em uma sexta-feira, *Kofi*. E assim meus amigos me tratavam. Nessa onda de patriotismo, trajes nacionais, como o belíssimo e multicolorido *kentê* substituíram em cerimônias públicas ou particulares os trajes de três peças, incluindo além da gravata, um colete britânico, inconveniente no clima quente equatorial de Gana.

Um desses primeiros contatos cuja produção viraria livros, havia um ensaio que recebi datilografado, posto que apoio para palestras que lia na rádio nacional do País, a GBC. Falo do professor Adu Boahen, que faria parte no futuro de um projeto da UNESCO, História da África. Deu-me papeis que traduzi, nos anos 1990, e publiquei neste site, com título de Pequena História de Aonde Viemos. Logo depois conheceria outro professor universitário, autor de livro publicado no País e que narra a triste história da presença na costa litorânea de inúmeros fortes, castelos e pousadas, abrigo de europeus que tinham por objetivo a exploração do ouro abundante e, em seguida, o ominoso tráfico de escravizados. O livro cuja tradução se encontra, também, no site, é do professor Isaac Ephson.

Farto material erudito sobre África se encontra em [www.dacostaex.org](http://www.dacostaex.org) com outras muitas traduções.

O livreto do professor Burton, adiante traduzido, é resultado das minhas andanças por livrarias em Acra, capital de Gana, recolhendo material que serviria de base para minha atividade como jornalista no Brasil. Desde 1959 fui um jornalista que se iniciou no jornal Última Hora, sucursal da matriz carioca, onde observei com interesse as notícias que vinham de África, relativas às independências. Publiquei muita matéria sobre o tema que, em 1974, me levaria a pisar no solo africano, o que desejava ardentemente. Trabalhei em outros jornais, como o tradicional Correio do Povo, onde preenchi páginas de capa-de-caderno com matérias sobre África. Colaborei com a mais relevante revista da comunidade negra dos Estados Unidos, a Revista Ebony, revista que me disse, certa feita, o falecido amigo professor Anani Dzidzienyo, natural de Gana e professor por mais de 40 anos na Universidade Brown, das mais renomadas daquele país. Anani me contou que ele e os jovens ganenses, nos anos 1960, ansiavam pela chegada pelo Correio de exemplar da Revista Ebony, que era um símbolo para jovens africanos.

E sobre África sempre havia em mim latente a dúvida se África fora um nome criado pelas inumeráveis nações originais daquele mosaico geográfico ou por outros povos, especialmente os europeus que com Portugal começaram a interagir com o Continente?

Há pouco resolvi traduzir o livreto, é uma coleção de aulas, do professor inglês I M Burton, com título original *Africa in the Roman Empire*. Na pesquisa que acompanha uma tradução, encontrei artigo de jornalista nigeriano, Rukewve Ochuko que analisa a questão do nome África, apresentando razões para o nome; nomes que a capa que fizemos para colocar no site se espalham no recorte do Continente.

Início com a tradução do colega nigeriano Ochuko e se segue a tradução do livreto de Burton. Ambos os materiais têm finalidade de difusão cultural e não visam lucro.

## QUAL É O NOME ORIGINAL DE ÁFRICA?

RUKEWVE OCHUKO

08 Março 2020

O nome África é um fenómeno. Lar de 1,216 bilhão de pessoas, a segunda maior população do mundo e o segundo maior continente depois da Ásia. A África é um nome renomado que viajou muito além das margens do Nilo até os oceanos Atlântico e Pacífico. O nome é um, ao longo do tempo, que está ligado a heranças históricas e atrelado a revoluções históricas. No entanto, há um significado sobre o nome da África que tem sido objeto de debate há décadas. Várias escolas de pensamento surgiram sobre o verdadeiro nome do que hoje conhecemos como África. Uma escola de pensamento argumenta que o nome África nunca se originou de dentro do povo e seu povo nunca foi associado ao nome. Na verdade, esta escola argumenta que a África foi inicialmente chamada de Alkebulan e foi amplamente referida como Alkebulan antes do nome África nascer. Em *Kemetic History of Afrika*, o Dr. Cheikh Antah Diop escreve: “O antigo nome da África era Alkebulan. Alkebu-lan “mãe da humanidade” ou “jardim do Éden”. Alkebulan é a palavra mais antiga e única de origem indígena. Foi usado pelos mouros, núbios, númidas, khart-haddans (carthagenianos) e etíopes. África, o atual nome impróprio adotado por quase todos hoje, foi dado a este continente pelos antigos gregos e romanos. **Estes primeiros conjuntos de africanos conquistaram impérios, movendo-se de uma região para outra, acrescentando mais territórios às massas das nações criando hoje o 2º maior continente do mundo.** Os mouros, até o momento, ocupam a posição mais alta como um dos impérios mais fortes, ricos e educados que toda a história encontrou. Ele passa a argumentar junto com os historiadores desta escola que o continente também foi chamado, por muitos nomes além de Alkebulan. Esses nomes incluem Ortigia, Corphye, Líbia e Etiópia.

Em *Kemetic History of Afrika*, o Dr. Diop também conecta a revolução dos atuais países da África Ocidental que se originaram do antigo Kemet que é hoje o Egito, estados da África Ocidental como

Nigéria, Togo, Benin, Gana, Senegal, Gâmbia, Guiné, Mali, África do Sul, Burkina Faso, Mauritânia, Sudão entre outros. No entanto, muitas teorias tentaram contestar o fato de que os estados da África Ocidental foram inicialmente chamados de África e não tiveram nenhuma relação anterior como parte do antigo Kemet, que estava sob o nome de Alkebulan durante os dias antigos. No entanto, o argumento de que os estados da África Ocidental se originaram de Kemet também foi historicamente apoiado por Samuel Johnson, um estudioso nigeriano, que estudou a origem dos iorubás nos últimos 20 anos até o presente. De acordo com Samuel em seu Manuscrito “*A história dos iorubás desde os primeiros tempos até o início do protetorado britânico*”, Samuel argumenta que alguns historiadores iorubás levaram o povo iorubá a acreditar que eles se originaram de Meca, em vez do Egito, no nordeste da África. Ele também afirma que os ancestrais dos Iorubas eram cristãos coptas do Egito. Mais ainda, ambos os lugares compartilham as mesmas crenças tradicionais, como os deuses que eles adoram e as crenças da vida após a morte.

De acordo com estudiosos da história, o nome África surgiu no final do século XVII. O nome foi usado inicialmente apenas para se referir às partes do norte da África. Durante este período o colonialismo estava em prática, os europeus percorriam a África e governavam seu povo como senhores de escravizados. Isso influenciou a mudança de nome de Alkebulan para África. A palavra África foi iniciada pelos europeus e entrou em uso ocidental através dos romanos após as três batalhas púnicas (264 aC a 146 aC) lideradas por Publius Cornelius Scipio e o povo de Cartago, que é a atual Tunísia. Várias teorias sugerem que a palavra África é derivada de uma origem grega e latina. A palavra grega “*Phrike*” significa frio e horror, e a palavra latina “*Aprica*” significa ensolarado. No entanto, historiadores de vários continentes têm argumentado contra esse nome africano propagado.

Face a outros pensamentos, o nome África sempre existiu antes dos romanos invadirem a terra. De acordo com Motosoko Pheko, um estudioso da história africana, ele escreve que “o nome África ‘Alkebulan’ foi interpretado como significando mãe das nações ou mãe da humanidade, mas a África também é um dos nomes mais antigos deste continente”. Ele ainda argumenta que o pensamento que afirma que o nome África nunca se originou do povo e foi criado pelos romanos é totalmente falso. Ele reforça seu ponto indicando que os gregos ocuparam a África em 332 aC, seguidos

pelos romanos em 30 aC. Os gregos segundo ele, já conheciam a África com o nome de *África*. Ele acrescenta que o nome *África* tinha várias pronúncias devido à diversidade de idiomas da África. Estima-se que existam mais de 6.000 idiomas no mundo e mais de 3.000 deles são da África. Em seu ensaio, ele escreve “os gregos já haviam chamado a África de ‘*Aphrike*’, pois não conseguiam pronunciar o nome existente *Al-Rui-ka*”. Além disso, alguns estudiosos históricos africanos sugeriram que o nome Alkebulan não tem relação com o nome África. Esses estudiosos afirmam que o referido nome Alkebulan não é de origem árabe nem o significado da palavra Alkebulan em árabe, Al é um prefixo deixando apenas *kebulan* como uma palavra, e até agora a palavra é inexistente em árabe, eles afirmam.

A história do continente é conhecida, mas o verdadeiro nome e sua origem ainda suscitam controvérsias até hoje. Que você pensa a respeito?

## **ÁFRICA NO IMPÉRIO ROMANO**

Por I. M. Barton

### **Prefácio**

As três palestras contidas neste volume foram proferidas pelo Professor I. M. Barton durante o segundo mandato de ano acadêmico 1970-71 enquanto ocupava o cargo de professor visitante em Clássicos na *University College* de Cape Coast. Como alguém que ouviu estas palestras e teve o privilégio de assumir a cadeira na primeira palestra na série, me dá muito prazer e satisfação ver impressos logo após serem proferidas. O professor Barton foi educado na Universidade de Cambridge, onde ele obteve o Iniciação em Clássicos em 1951, seguido por um diploma em Arqueologia Clássica. Depois, ensinou clássicos na *University College* de Keele e na *University College* de Gana antes de se mudar para seu cargo atual como professor de clássicos na *St. David's College*, Lampeter. Por muitos anos, seu interesse especial tem sido a história do Norte da África

durante os tempos clássicos, e essas palestras derivam dos estudos muito extensos que ele realizou nesta área. Em uma época em que está cada vez mais na moda descartar os clássicos como um assunto inútil e antiquado com quase nenhuma relevância para a vida contemporânea, é importante, especialmente na África onde a mera menção do assunto é anátema para certas pessoas, para quem acredita em alcançar seu valor cultural e intelectual. Para tantas pessoas quanto possível é dever familiarizá-los com a verdadeira natureza e abrangência e com a imagem contemporânea desta importante disciplina. Isso, eu acho, é precisamente o que essas palestras fazem, e eu estou certo de que mesmo o crítico mais preconceituoso admitirá que os aspectos que cobrem — a história da África romana — têm uma relação de direta relevância para muitos dos problemas sociais e políticos enfrentados por praticamente todas as novas nações da África que alcançaram a soberania depois de vários períodos de domínio colonial sob as potências europeias. Além disso, as palestras fornecem informações muito interessantes e importantes percepções sobre alguns dos muitos métodos sutis e altamente técnicos empregados por historiadores e arqueólogos para a reconstrução de passado, levando a especulações bastante intrigantes sobre como nossa própria época será avaliada e julgada por historiadores futuros.

Tenho certeza de que falo por muitas pessoas nesta Faculdade ao elogiar o Professor Barton por essas palestras cujo conteúdo é tão estudioso como sua apresentação foi impressionante. É minha sincera esperança que eles ajudarão a estimular um novo interesse pelos clássicos e lançar nova luz sobre o que seu estudo realmente envolve e a contribuição que eles são capazes de fazer para a era muito conturbada em que se vive hoje. Certamente, para aqueles de nós que os ouvimos como eram proferidas semana a semana no *University Auditorium* em Cape Coast elas servirão como um lembrete permanente de uma série verdadeiramente memorável.

Cape Coast, fevereiro de 1972.

E. A. Boateng,

Vice-Chanceler de *University of Cape Coast*.



## Introdução

A primeira aquisição de território por Roma no continente africano seguiu diretamente na captura e destruição de Cartago por Cipião Emiliano em 146 a.C., no final da Terceira Guerra Púnica. Durante os próximos três séculos e meio, os limites das províncias africanas do Império Romano foram gradualmente estendidas, até que no início do século III d.C. elas se estendiam por uma distância de cerca de 2.400 quilômetros da costa atlântica até o fundo do Golfo de Sidra, que marcava a fronteira com a província de língua grega de Cirene, e para o interior, desde a costa até as margens do norte do Deserto do Saara - cerca de 320 quilômetros no máximo. Entre o terceiro e quarto séculos, embora tenha havido algum afastamento dos mais avançados postos fronteiriços, toda esta área continuou a ser governada por Roma. Mesmo a invasão vândala do quinto século fez pouca diferença para o caráter romano das partes mais civilizadas do país; e quando Belisário, general de Justiniano, recuperou as Províncias africanas para o Império Romano do Oriente (ou Bizantino) em 534 não houve dificuldade em restabelecer o sistema de administração romana. Foi somente no final do século VII que os invasores árabes finalmente roubaram do Império seu último ponto de apoio ao sul do Mediterrâneo. África, então (usando o nome em seu sentido romano original para denotar a província romana formada a partir do antigo território de Cartago), pertenceu ao Império Romano em vigor por um período de cerca de 800 anos mais do que qualquer outra das províncias ocidentais, exceto Sicília; e é natural a referência a perguntar qual era a importância especial para o Império das províncias africanas, e quais foram os efeitos sobre o país de sua prolongada associação com Roma. Nessas palestras eu tentei examinar essas duas questões: as duas primeiras, cada uma, com um deles; no primeiro eu discuti quais vantagens especiais o Império Romano ganhou com sua posse das províncias do Norte Africano, e no segundo eu olhei para a relação do

outro lado, examinando a extensão da romanização no norte da África. Finalmente, na terceira palestra, considere a contribuição feita para a vida do Império por homens de origem das províncias africanas, mas cujas carreiras os identificavam com o progresso geral da civilização romana, e não com a vida de uma determinada província. Esses homens eu descrevi como 'romanos africanos', por que pretendo sugerir que eles eram romanos em um sentido mais amplo do que a generalidade dos 'africanos romanos'. Ao preparar estas palestras para publicação, fiz poucas alterações no texto originalmente proferido. A maioria das mudanças têm a pretensão de esclarecer pontos que suscitavam dúvidas. Eu tenho resistido à tentação de adicionar discussões detalhadas de pontos duvidosos, e se limitaram às notas de rodapé em sua maior parte para dar as fontes de citações. Meus agradecimentos são devidos à Universidade de Cape Coast, por convidar-me para passar o ano letivo de 1970-71 como Professor Visitante em Clássicos, e ao *St David's College*, Lampeter, por concedendo-me licença para me permitir aceitar o convite; também a todos aqueles em Cape Coast que receberam minha família e eu e ajudaram a tornar a nossa estadia tão agradável. Em particular, devo expressar minha gratidão ao Dr. J. T. Bedu-Addo e seus colegas do Departamento de Clássicos por sua recepção amigável e cooperação infalível. Só lamento não ter tido a oportunidade de conhecer e trabalhar com o homem que, em seus sete anos em Cape Coast, tanto fez para edificar o Departamento e incentivar o estudo dos Clássicos no *University College*. Sua morte prematura, menos de um mês antes da minha chegada a Cape Coast, privou a Faculdade de uma de suas figuras mais conhecidas e amadas; e em reconhecimento aos serviços que prestou à Faculdade e ao ensino dos Clássicos, estas palestras são dedicadas à memória de

GEORGE HERBERT WIKRAMANAYAKE.

*I. Roma e África*

## ROMA E ÁFRICA

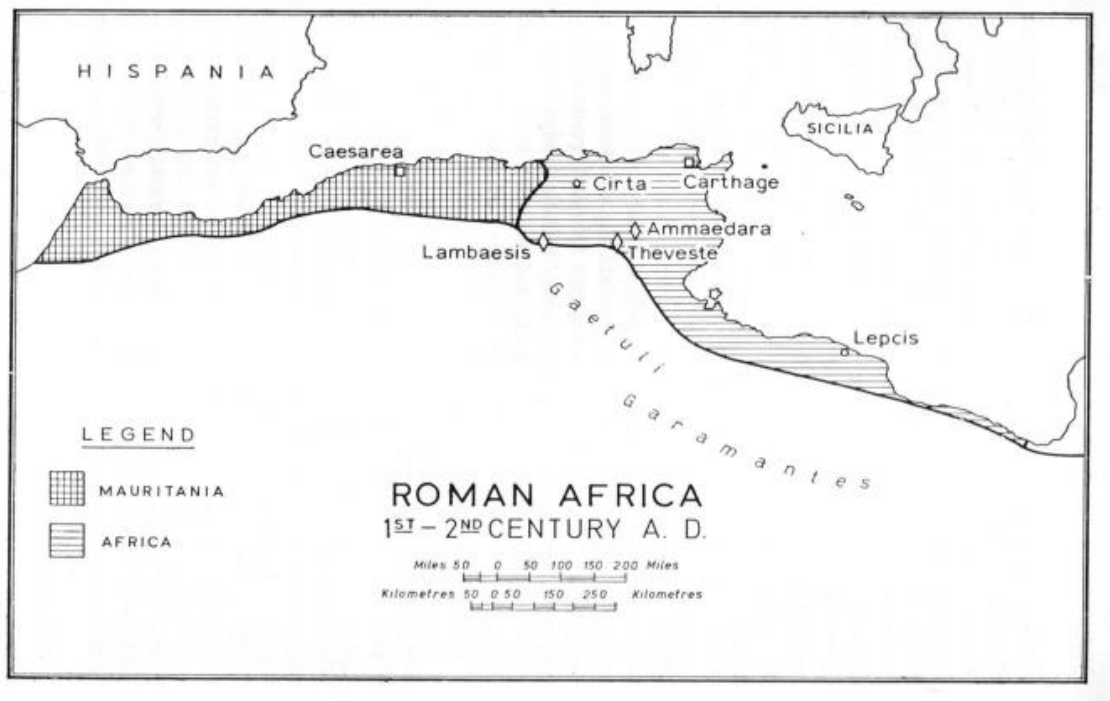
QUANDO uma potência imperial anexa e ocupa um território ultramarino, o historiador é obrigado a perguntar, e tentar responder, a questão "Quais são os motivos desta anexação?"; e, se a ocupação é longa, especialmente se envolve muitos problemas e despesas para manter, ele também terá que considerar que valor particular a posse daquele território tem para a potência ocupante. As respostas para essas duas questões às vezes podem ser as mesmas, às vezes diferentes; às vezes não é possível ter certeza de que fatores pesaram mais fortemente nas decisões de ocupação e manutenção das províncias ultramarinas. E no caso das colônias europeias da África Ocidental, provavelmente será verdadeiro dizer que o motivo principal tanto para a fundação das fortalezas costeiras e por sua ocupação continuada, pelo menos até o início do século 19, era comércio, embora a natureza do comércio tenha mudado ao longo dos anos; os portugueses estavam originalmente interessados em obter ouro, enquanto nos séculos XVII e XVIII o fornecimento de escravizados pois as plantações americanas eram o objetivo principal. Mais tarde o poder colonial parece, pelo menos até certo ponto, ter sido motivados mais por motivos altruístas: o desejo de acabar com o tráfico de escravos e estender os benefícios da civilização europeia. Para ter certeza, também pode ser argumentado que as considerações econômicas ou políticas predominaram, especialmente na 'participação da África' do final do século XIX. Obviamente, há material abundante para controvérsia na determinação de quais fatores eram dominantes em um determinado momento; e se isso é assim, ao lidar com a história comparativamente recente para a qual muita evidência contemporânea está disponível, as dificuldades de avaliar estes fatores para o imperialismo romano serão muito maiores, e as respostas ainda mais incertas. No entanto, a tentativa é uma que parece vale a pena fazer.

Primeiro, então, vamos considerar os motivos originais dos romanos para a anexação da província que eles chamavam de África. Para os entender, devemos lembrar que no século anterior houve duas guerras longas e caras com Cartago: a Primeira Guerra Púnica de 264 a 241, que foi travada em grande parte no mar e resultou na aquisição da primeira província ultramarina de Roma, a ilha da Sicília; e a Segunda Guerra Púnica (ou Aníbal) de 218 a 202, na qual a invasão de Aníbal na Itália e suas vitórias esmagadoras em Trasimene

e Canas trouxe Roma mais perto da destruição do que em qualquer outra vez em sua história. Essa guerra terminou com a derrota de Aníbal em Zama, em solo cartaginês, por Cipião Africano, e os termos da paz que foram então ditados a Cartago foram projetados para a reduzir à dependência de Roma e confinar suas atividades às possessões do Norte da África. O principal ganhador do tratado de paz não foi Roma, que não viu necessidade de anexar território para si mesma na África, mas seu aliado Masinissa, rei da Numídia. Como recompensa por sua parte na vitória sobre Cartago, ele foi autorizado a estender seu poder sobre um reino que o tornou - como Cipião disse mais tarde - "não apenas de longe o rei mais rico da África, mas igual em dignidade e poder de qualquer rei em todo o mundo"<sup>1</sup>. Durante o meio século que se seguiu ao fim da guerra, Masinissa aproveitou sua amizade com Roma e o estado indefeso de Cartago para fazer uma série de invasões no território cartaginês. Os cartagineses, proibidos pelo tratado de guerrear mesmo em legítima defesa, apelaram inutilmente para Roma: finalmente, em 151, eles tomaram a lei em suas próprias mãos, declararam guerra a Masinissa e sofreram uma derrota que lhe permitiu avançar sua fronteira para dentro de sessenta quilômetros da própria cidade de Cartago. Por este ato eles cometeram uma violação formal do tratado, e se abriram a uma demanda de Roma que eles deveriam evacuar sua cidade e migrar para algum lugar a pelo menos dezesseis quilômetros da costa, ou então permanecer lá e arcar com as consequências. Em ambos os casos, os romanos agora pretendiam agir de acordo com o conselho que o velho político Cato vinha reiterando por anos: "*delenda est Carthago*". A chamada Terceira Guerra Púnica que se seguiu consistiu em pouco mais do que um cerco prolongado de Cartago; quando finalmente a cidade caiu, o território que invasões de Masinissa ainda haviam deixado para Cartago - apenas cerca de 5.000 metros quadrados ao todo - foi anexada como a província romana da África (Mapa 1). À primeira vista, parece que essa anexação foi realizada a partir de motivos totalmente irracionais. Cartago não era mais um perigo real para a segurança de Roma e seu controle da península italiana, como ela

---

<sup>1</sup> Livy XXXVII. 25. 10



tinha sido nos dias de Hannibal, e Cato continuou insistindo na necessidade de destruir o antigo inimigo dificilmente era uma política fundamentada. É instrutivo observar os argumentos usados por aqueles que se opunham às suas opiniões no Senado: seu líder, Cipião Nasica, disse ter afirmado que Roma deve manter seu inimigo em ordem, a fim de preservar a disciplina pela ameaça de perigo em outras palavras, que se os romanos não tivessem inimigos contra os quais se proteger eles poderiam direcionar as energias que deveriam ser dedicadas a atividades militares de treinamento para atividades menos desejáveis, como o apoio de líderes políticos revolucionários. Esta linha de argumentação (que em tempos posteriores tornou-se um tema comum de ensaios retóricos) parece suspeitosamente como se fosse elaborado por historiadores que sabiam que a queda de Cartago seria seguida dentro de um quarto de século pelo movimento reformista dos irmãos Graco e o declínio da ordem pública que era sua consequência. Se Nasica o usasse, é improvável que tenha sido mais do que um ponto de debate calculado para apelo aos partidários de Cato. Sua verdadeira opinião é provavelmente preservada em um comentário do historiador contemporâneo Políbio<sup>2</sup>:

"Os romanos há muito decidiram por este curso (ou seja, o destruição de Cartago) em suas próprias mentes, e estavam procurando uma oportunidade adequada e uma desculpa para satisfazer a opinião estrangeira... Por causa de sua disputa sobre o que os estrangeiros pensariam! 'eles quase se abstiveram de declarar guerra."

Talvez não seja muito fantasioso expandir um pouco essa afirmação, e imaginar Nasica apontando que, desde que Cartago dado nenhuma causa real de ofensa a Roma — tinha, de fato, apenas tomado sobre si o dever de defender seu território que Roma havia falhado em dispensar — a opinião estrangeira consideraria corretamente Roma como o agressor, e eles incorreriam no desagrado do Céu por embarcar em uma guerra que nenhum esforço de imaginação poderia chame uma *iustum bellum*.

O Senado Romano neste período era, em geral, relutante em assumir a responsabilidade pela administração do território ultramarino; de fato nenhuma nova província havia sido adquirida desde o final das

---

<sup>2</sup> Políbio XXXVI. 2.

Guerras Hanibálicas, e o Senado às vezes tenha ido para extraordinárias posições para evitar a anexação. Portanto, o argumento de Nasica pode muito bem ter vencido, se as alternativas à anexação não parecessem ainda menos desejáveis. Suponha que o Senado decidiu não interferir entre Cartago e a aquisitiva Masinissa, um dos dois resultados seguiria: ou Cartago criaria um exército capaz de resistir às invasões de Masinissa e, assim, restabelecer sua posição como uma potência militar; ou Masinissa derrotaria a resistência cartaginesa e levaria sua política de expansão ao seu final lógico, conquistando Cartago e acrescentando uma próspera província estrategicamente importante para seus domínios. Em qualquer dos casos a costa norte-africana oposta à Itália seria dominada por um forte poder militar, capaz no futuro de ser tanto um perigo quanto para a segurança italiana como Cartago havia sido no passado. Reconhecidamente, esta visão das perspectivas falhou em levar em conta o fato de que por cinquenta anos, desde a conclusão do tratado, os romanos não fizeram nada além de apoiar os desígnios de Masinissa, ignorando os apelos justificados de Cartago, de modo que eles só tinham a si mesmos para se culpar pelo crescimento de seu poder. Também ignorou a idade de Masinissa: ele já tinha quase 90 anos e, com sua morte, Roma certamente ter uma palavra a dizer na sucessão de seu reino. Como Sir Frank Adcock uma vez observado<sup>3</sup>,

"Não é fácil acreditar que fazia parte da política romana para forçar a questão enquanto Masinissa vivesse, se pudesse ser decidido sem esforço na morte de Masinissa."

Mesmo assim, estadista ou não, medo de um militar recrudescente poder no norte da África, por mais irracional que esse medo possa ter sido, é a única explicação adequada da decisão de Roma de destruir a cidade de Cartago e anexar a província da África. Onde Cartago estava preocupada, a mente coletiva de Roma não estava bem sã, como dois episódios no próximo meio século tendem a confirmar. O primeiro deles é a tentativa de Gaius Gracchus — o jovem dos irmãos reformadores — para fundar um assentamento de cidadãos romanos (a ser chamado Junonia) perto do local abandonado de Cartago (122 aC).

---

<sup>3</sup> *Delenda est Carthago*, Cambridge Historical Journal VIII (1946), p. 119.



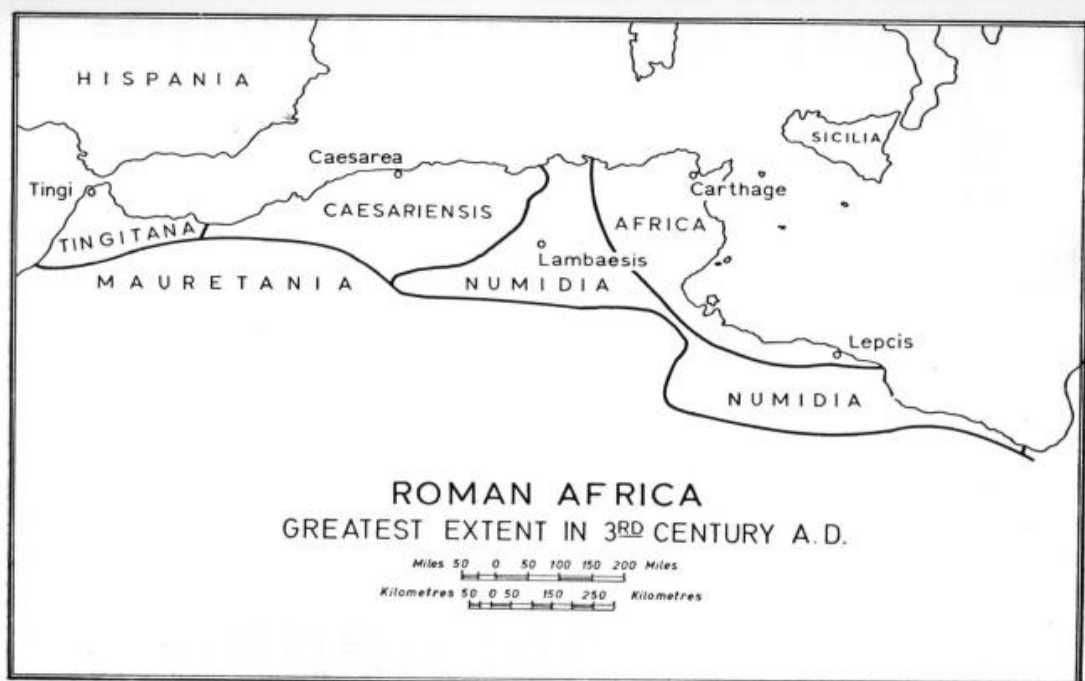
Este seria o primeiro assentamento desse tipo no exterior, embora muitos tivessem já sido fundada em terras públicas da Itália; e parecia um extensão lógica da política existente para fornecer lotes agrícolas para os cidadãos romanos em terras públicas nas províncias. Também, desde que foi um desperdício de oportunidades comerciais valiosas para o site de Cartago, com seus excelentes portos e sua posição conveniente, para permanecer ocupado, provavelmente era inevitável que mais cedo ou mais tarde seria feita uma tentativa de refundar a cidade. Fazer isso diretamente era, no entanto, difícil, porque em 146 Scipio Aemilianus havia colocado o site sob uma maldição solene para impedir que fosse habitado novamente; e é improvável que Graco tenha tido a audácia de desafiar as imprecações de Cipião invadindo o local amaldiçoado. No entanto, seus inimigos foram capazes de espalhar rumores sobre presságios sinistros que participaram das cerimônias de fundação e, segundo eles, indicavam o desagrado dos deuses; e o sentimento assim criado que Gracchus estava tentando a providência com seu esquema para ressuscitar Cartago — provavelmente fez tanto quanto qualquer coisa para privá-lo de apoio popular e assim provocar sua queda. O segundo episódio foi causado pelas ambições de um neto de Masinissa chamado Jugurtha. Este jovem pretendia reunir o Reino da Numídia sob seu próprio governo, e decidiu que o método mais simples para atingir esse objetivo era obter o assassinato dos primos com quem ele deveria compartilhá-lo. Um foi facilmente descartado, mas para desapropriar o outro ele teve que lutar uma guerra civil. Isso terminou com seu rival sitiado na capital de Cirta (Constantino), e quando finalmente a cidade se rendeu, Jugurtha não apenas matou o outro príncipe, mas massacrou todos os defensores, incluindo vários empresários italianos residentes lá. Obviamente, Roma não poderia ignorar tal desconsideração deliberada à sua autoridade; mas ao mesmo tempo era desaconselhável tornar-se envolvida em uma guerra na África, naquele momento, desde que duas tribos alemãs guerreiras estavam em movimento no Norte e provavelmente muito em breve ameaçariam uma invasão do território romano no sul da Gália e norte Itália. Mas aqueles líderes e comandantes senatoriais que defendiam um acordo com Jugurtha foram denunciados pelo partido popular como políticos corruptos pagos pelo inimigo.

Demanda popular

levou o Senado a persistir com uma guerra tediosa e inútil em África, que acabou bem a tempo de permitir que os militares de Roma tivessem suas energias concentradas no Norte, para atender a uma realidade muito mais grave e perigosa. Em ambos os episódios, uma facção política em Roma conseguiu usar o sentimento irracional do povo romano sobre a África para a vantagem de seu próprio lado. Os oponentes conservadores de Graco sabiam que podiam contar com a credulidade popular para espalhar alarme na perspectiva de uma colônia romana no local de Cartago; uns pouco anos depois, foi a vez do Partido Popular usar o medo de um reino poderoso na África como um bastão para vencer a senatorial aristocracia - e incidentalmente para promover a carreira de um homem do povo, Gaius Marius, que assim teve uma oportunidade de ascender ao mais alto comando e ganhar crédito pelas vitórias sobre Jugurtha e sobre os invasores do Norte. Exame das circunstâncias da anexação original e das próximas duas evidências sobre as relações entre Roma e África, parece assim confirmar a visão de que o motivo principal - pois a anexação era medo — um medo que pode ter sido baseado em nenhum cálculo racional de probabilidades, mas não foi menos genuinamente sentido. É um motivo que operou em muitas ocasiões durante o período de expansão do Império Romano. Muitas vezes era um medo mais lógico do que no caso que estamos considerando; mas basicamente era um desejo de proteger e garantir os territórios que eles já sustentavam, que nesse período atuavam os romanos em suas decisões de embarcar em novas aventuras de conquista.

Por cerca de cem anos após a anexação original, nenhuma mudança houve na extensão da província romana da África. Mesmo depois a derrota de Jugurtha, nenhuma parte da Numídia foi permanentemente ocupado por forças romanas (mas veja baixo lá, assentamentos civis); seu reino foi simplesmente dado a outro príncipe em cuja lealdade os romanos consideravam que podiam confiar. Este estado dos assuntos permanecia indisciplinado até a Guerra Civil entre Pompeu e César, que marca o fim da República Romana. Depois da derrota desastrosa do exército de Pompeu na batalha de Farsalus (48 a.C.) e o subsequente assassinato de Pompeu no Egito, os

remanescentes de suas forças se reuniram na África, onde receberam o apoio do rei de Numídia, Juba. César — agora ditador de Roma — recuperou o comando da África em uma campanha rápida, e depois sua vitória anexou o reino de Juba (ou pelo menos aquela parte dele que uniu a província existente) e transformou-a em uma província que ele chamou de 'África Nova', para distingui-la da 'Velha Província' (Mapa 2). Ele também, pode-se notar, refundou Cartago como uma cidade colônia romana; e como os ditadores podem impunemente fazer coisas que põem políticos comuns em apuros, desta vez não houve argumento sobre isso! A essa altura, é claro, as lembranças do perigo em que Roma, antes se meteu face Cartago, havia caído no esquecimento, ninguém teria ficado seriamente preocupado de que a nova Cartago vir a tornou-se um rival feroz do Império Romano. Assim que as Guerras Civis finalmente terminaram e o novo sistema de governo conhecido como o Principado havia sido estabelecido sob o governo de Augusto, a atenção poderia ser dada à criação de fronteiras permanentes para o Império, e para a mais eficaz implantação do exército imperial para sua defesa. Na África isso significava que as antigas e novas províncias estavam unidas em um único comando sob o procônsul, que atuou tanto como governador civil e como comandante do exército, com uma legião (a Terceira Augusta) e suas unidades auxiliares associadas. Vários dos procônsules no início dos anos do reinado de Augusto empreenderam campanhas de sucesso na África: estes provavelmente foram destinados a 'mostrar a bandeira' para as tribos nômades que viviam além dos limites da província, e assim desencorajá-los de fazer incursões em território romano. A mais conhecida é a de L. Cornelius Balbus contra os Garamantes, por que ele celebrou um triunfo em 19 a.C. Mas essas expedições não parecem ter resultado em qualquer extensão da área realmente sob domínio romano; certamente os Garamantes permaneceram além das fronteiras do Império. Mais tarde (cerca de 3-6 d.C.) outra dessas tribos, os Gaetuli, invadiram as partes do sul da província e foram finalmente repelidos pelo procônsul Cossus Lentulus, em cuja honra os cidadãos de Lepcis montaram uma inscrição registrando sua gratidão pela "entrega da província da África do

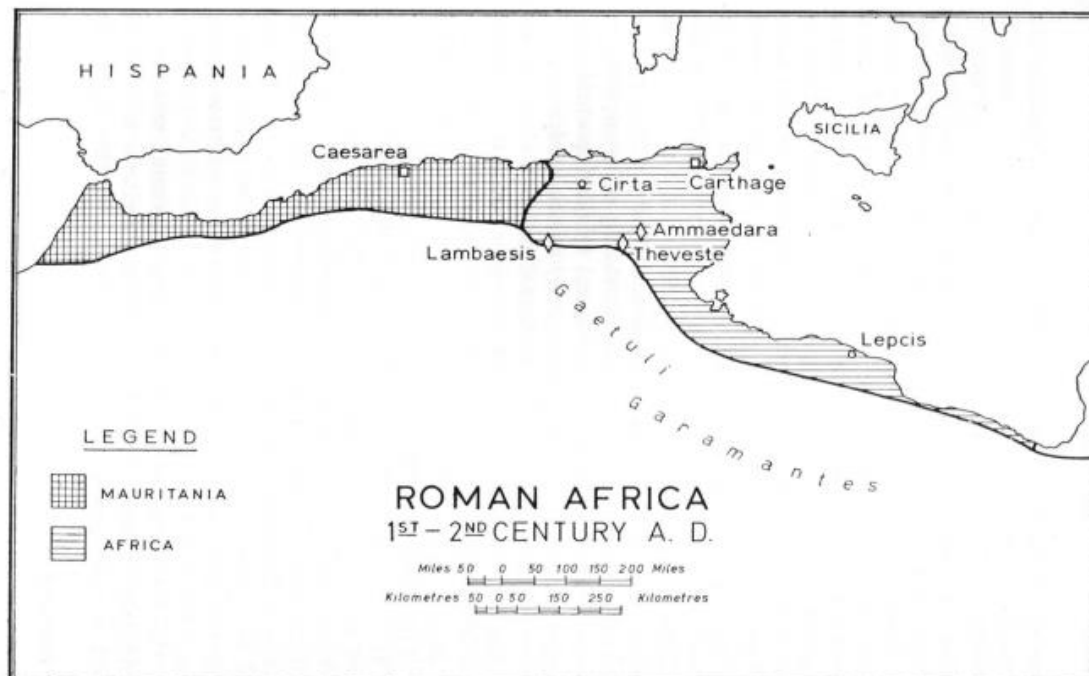


## Guerra Gaetuliana<sup>4</sup>

Provavelmente como resultado desta guerra, foi a tomada da decisão de avançar as fronteiras da província e assim isolar algumas das tribos nômades que assim poderiam ser contidas por guarnições de tropas romanas. A princípio, isso levou a uma grande rebelião sob um líder chamado Tacfarinas, que olhou por um tempo como se ele pudesse se tornar um segundo Jugurtha; mas, após a supressão desta rebelião, tais operações militares dentro da província como ainda eram necessários parecem ter sido pouco mais do que ações policiais, e os nativos gradualmente se estabeleceram vivendo pacificamente sob o domínio romano. As extensões posteriores das fronteiras são marcadas pelo movimento da sede legionária para, sucessivamente, mais estações avançadas (Mapa 3). Sob Augusto, quando a primeira estrada militar ao longo da fronteira sul foi construída, ela partia da costa em Tacape (Gabes) interior por cerca de 256 quilômetros para a legionária sede em Ammaedara (Haidra). No período Flaviano, cerca de 80 DC, a legião parece ter sido movida cerca de 32 quilômetros para o sudoeste, para Theveste (Tebessa). Sob Trajano fez seu movimento final, mais de 160 quilômetros a oeste, onde poderia proteger e aproxima-se da região montanhosa selvagem de Aures. Aqui no Lambaesis (Lambês), havia um posto avançado da legião desde o ano 81; agora se tornou a fortaleza de toda a legião, e o centro de uma rede de estradas militares que se irradiam para todas as partes da fronteira da Numídia. Antes disso, no entanto, dois desenvolvimentos importantes ocorreram no lugar, ambos iniciados pelo imperador Caio (popularmente conhecido como Calígula). A anomalia pela qual a legião na África, sozinha de todas os exércitos do Império, ficaram sob o comando de um procônsul que não foi nomeado diretamente pelo Imperador, foi encerrado pela criação de um novo posto de *legatus* da Terceira Legião. Este oficial comandava a legião e suas unidades anexas, e era, portanto, general do exército na África. O governo civil de toda a província continuou a ser exercido pelo procônsul, e um vestígio do tempo em que foi comandante militar, foi preservado na

---

<sup>4</sup> IRT. 301: provincia *Africa bello Gaetulico liberata*.



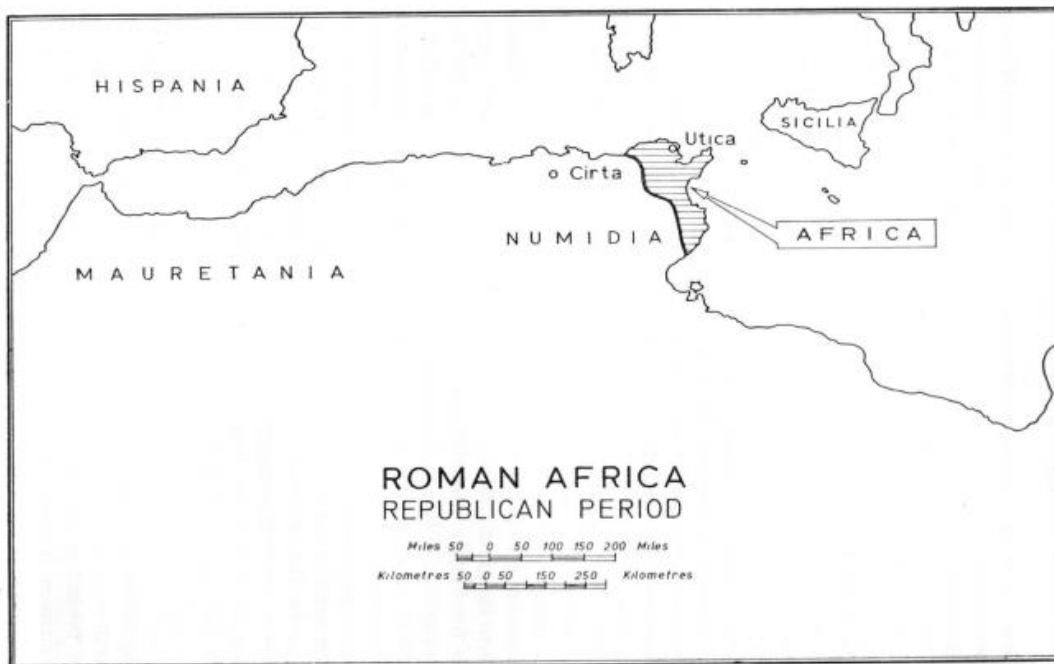
obrigação da legião de destacar uma de suas cortes para atuar como sua escolta. Mais tarde, no final do segundo século, o processo foi levado à sua conclusão lógica, quando a área militar foi totalmente separada da jurisdição do procônsul e constituído como a Província Imperial da Numídia, com o legado legionário como seu governador. O outro empreendimento pelo qual Caio foi responsável foi a anexação do reino da Mauritânia. Desde o final do século II a.c. este país mantinha relações geralmente amigáveis com Roma; e Augusto a tornou definitivamente dependente de Roma, estabelecendo como seu rei Juba II, filho do último rei de Numídia. Este príncipe teve uma educação romana, e era casado com a filha de Antônio e Cleópatra; ele fez de sua capital uma antiga colônia púnica de Iol, que ele rebatizou de Cesaréia ( Cherchell), e foi transformada em centro da cultura greco-romana. Além disso, Augusto fundou várias colônias romanas na Mauritânia — uma mudança o que sugere que ele via o país como pelo menos a meio caminho de tornar-se uma província romana, já que não havia precedente para criação de assentamentos oficiais de cidadãos romanos em terras que não foram ainda propriedade do povo romano. No ano 40 (provavelmente um ano após a legião na África ter sido removida de ordem do procônsul) Caio ordenou o assassinato do filho de Juba Ptolomeu (que era seu primo) e a incorporação de seu reino no Império. Isso é representado por nossas fontes<sup>5</sup> como o capricho inexplicável de um lunático; mas como a tradição é uniformemente hostil a Gaius, não podemos ter certeza de que Ptolomeu era necessariamente uma vítima inocente. Mesmo sob o domínio de um mentalmente autocrata enlouquecido, a organização da máquina imperial foi capaz de continuar funcionando sem problemas. Pode ter havido boa estratégicas razões para ambas as decisões: criar um comando militar separado para a África, e assumir a responsabilidade direta pelo governo e defesa da Mauritânia. Assim, no início do segundo século d.C., a ocupação

---

<sup>5</sup> O relato de Tácito sobre o reinado de Gaius está perdido; ele certamente teria dado uma visão mais equilibrada do episódio do que as fontes existentes, Suetônio e Dio.

do Norte de África tinha vindo a assumir a aparência de que era para se manter pelos próximos três séculos (Mapa 4). Havia de fato algumas alterações da linha de fronteira, com o estabelecimento de mais postos fortificados avançados sob as dinastias Antonina e Severa; mas não houve mais nenhuma mudança significativa no tamanho do exército de guarnição e nenhuma grande anexação de território. As províncias africanas do Império Romano compreendiam os seguintes territórios: A própria África, a 'Velha Província', governada por procônsules; Numídia, a zona militar, cujo comandante era um delegado do imperador; e o antigo reino da Mauritânia, dividido em duas províncias chamadas Caesariensis e Tingitana, cada uma das quais era governada por um oficial de categoria equestre chamado procurador, que novamente foi nomeado diretamente pelo imperador, e que combinava as funções de governador civil e comandante militar. Embora tenham sofrido algumas mudanças de nomes e sistema administrativo, eles permaneceram essencialmente os mesmos até a invasão dos Vândalos no início do século V. Ao longo de uma fronteira de cerca de 1.200 milhas de comprimento foram destacadas forças totalizando talvez 30.000 homens — não muitos em comparação com os grandes exércitos concentrados nas fronteiras norte e leste do Império, provavelmente nem tantos quantos eram necessários para a ocupação da Grã-Bretanha, mas ainda assim um número substancial de unidades fora de um exército que estava cronicamente com falta de mão de obra efetiva. Além disso, por vezes tornou-se necessário recrutar reforços para a África de outras partes do Império, mesmo à custa do enfraquecimento de partes da fronteira que estavam muito mais expostas a influências de ataques externos. Por exemplo, na época da rebelião de Tacfarinas toda uma legião, provavelmente acompanhada por uma força auxiliar considerável, foi transferido da fronteira do Danúbio para a África e lá permaneceu por quatro anos até depois da supressão final da rebelião. Aquela é a única ocasião em que uma legião inteira é conhecida por ter sido enviado para a África; mas certamente houve várias ocasiões durante os séculos II e III, quando a presença de destacamentos de outras legiões era necessário para ajudar o Terceiro a realizar sua tarefa de proteger a província contra as incursões de saqueadores membros da tribo. É justo acrescentar que também houve ocasiões em que





própria Terceira enviou destacamentos para outras partes do Império onde reforços eram necessários para campanhas específicas. No entanto, provavelmente é verdade que a defesa da fronteira africana foi, em geral, uma responsabilidade militar para o Império; que prendeu um número desproporcional de tropas que poderiam ter sido mais efetivamente implantadas em outro lugar; que a segurança do Império como todo não teria sido seriamente prejudicada se a tentativa de manter sua fronteira sul alongada fosse simplesmente abandonada. Afinal, a África estava suficientemente isolada geograficamente do resto do Império para que fosse improvável que os bárbaros de além-fronteiras invadissem outras províncias, da maneira que e as tribos alemãs e sármatas ameaçassem a segurança da Gália, Itália, Ilírico e Macedônia, ou a presença do poderoso Império Parta (e mais tarde Persa) constituiu uma ameaça permanente para as províncias romanas no leste. O que, então — para chegar à segunda das questões com as quais começamos — que valor particular tinham as províncias africanas para o império Romano? O que justificava todo esse gasto militar com elas? Pelas considerações que acabamos de mencionar, parece que podemos descartar a ideia de que havia alguma importância estratégica especial responsável pela expansão e posterior retenção da área sob domínio romano. Não podemos descartar totalmente a possibilidade que o mero ímpeto do crescimento imperial fosse responsável pela expansão e a tendência natural das potências imperiais de manter seus bens para a retenção. Certamente é relevante aqui lembre-se do conselho moribundo de Augusto a seu sucessor, conforme relatado por Tácito: *consilium coercendi intra terminos imperii*, "manter o Império dentro de suas fronteiras"<sup>6</sup>. Na interpretação desta frase, a atenção geralmente tem sido direcionada ao seu conteúdo negativo; mas deveria ser observado que uma concepção positiva também está implícita, de términos naturais ordenado pela geografia (Virgílio teria dito pelo Destino) para marcar os limites do mundo romano. Um império centrado no Mediterrâneo tinha certos limites naturais claramente demarcados — oceano, rios, mares e desertos: na África, a borda norte do deserto do Saara

---

<sup>6</sup> Tácito, Anais I. 11.

obviamente marcaram seu limite sul. Então a política de Augusto não era apenas o negativo de "manter o Império dentro dos limites": teve também o aspecto positivo, de estender o Império até (mas não além) de suas fronteiras naturais ou destinadas. Para as províncias africanas, segue-se que a anexação da Mauritânia e o avanço das fronteiras númeridas e tripolitanas não foram desvios da política augusta, mas sua continuação lógica, com o objetivo de arredondar este setordo Império ao longo de seus terminais naturais. Isso certamente pode ser considerado com justiça como uma das razões pelas quais as províncias africanas eram importantes para o Império. foram considerados geograficamente incompletos; mas claro que isso se aplica igualmente a qualquer uma das outras províncias fronteiriças do Império (embora não, pode-se notar, para a Grã-Bretanha, cuja conquista envolveu um afastamento definitivo da política augusta ao assumir a braços através do Oceano). Obviamente, havia mais do que isso para a África como província do Império Romano; não era apenas um desejo de ordenamento geográfico que manteve 30.000 homens engajados em sua defesa. Tampouco, penso eu, é sem importância que, quando, no século VI, o imperador oriental Justiniano começou a recuperar as províncias ocidentais perdidas, a África foi seu primeiro objetivo, e isso (exceto para a Sicília) foi a última a ser finalmente perdida.

O fato é que a África tinha um valor econômico e social para o Império Romano pelo menos tão grande quanto sua importância política e militar, e é aqui que devemos procurar encontrar o valor especial das províncias africanas. Foi sobretudo a 'Velha Província', a África propriamente dita, que possuía esse valor e importância especial, e é discutível que os elaborados arranjos militares que descrevi foram empreendidos com o objetivo principal de proteger essa província e seu modo de vida estabelecido de perturbação, seja externa ou interna. É verdade que, com o passar do tempo, a vida civilizada da 'Velha Província' foram adotados também em partes da Numídia e da Mauritânia, mas estes nunca tinham a mesma importância econômica para Roma que a própria África.

A natureza dessa importância econômica pode ser resumida em nessas palavras: "o celeiro de Roma". Pois esta frase um tanto banal significa, simplesmente, que a população da cidade de Roma dependia quase inteiramente de suprimentos de grãos da África para sua alimentação.

A agricultura italiana, a partir de uma complexa combinação de causas que não podemos entrar aqui, estava em declínio desde o segundo século a.c., enquanto ao mesmo tempo a própria população de Roma estava aumentando constantemente, até que na época de Augusto pode ter tido quase um milhão de habitantes, tornando-se de longe a maior cidade que jamais existiu no mundo antigo. Mesmo que a agricultura da Itália estivesse em um estado saudável, um crescimento parasitário tão grande consumiu mais do que todos os produtos que poderia fornecer; do jeito que estava, a Itália pode ter conseguido produzir apenas o suficiente para abastecer as necessidades de sua própria população fora de Roma, deixando a capital totalmente dependente de importações. Observe que não estou falando aqui de importações de luxo. 90 por cento, pelo menos, dos habitantes de Roma deve ter vivido pouco acima do nível de subsistência; para eles a ração de milho emitido em intervalos regulares pelo Estado era o alimento básico de sua dieta, embora graças imperiais ou o patrocínio de senadores ricos poderia ocasionalmente complementar isso com presentes em espécie ou em dinheiro, permitindo-lhes adicionar azeite, fruta ou legumes, vinho e até às vezes carne. Durante o terceiro século, de fato, alguns desses itens foram realmente adicionados à ração gratuita. Mas o milho continuou sendo o alimento essencial, sendo a África a principal fonte de onde foi obtido (Pl. II, 1 & 3). A tal ponto, de fato, Roma dependia dos suprimentos da África que mesmo um atraso temporário em suprimentos poderia levar a cidade à beira da fome. Um episódio narrado por Tácito em Histórias dá uma clara ilustração deste fato. Após a morte de Nero, na generalizada incerteza sobre quem o deveria suceder no trono imperial, o comandante do exército na África, Clodius Macer, determinado a colocar em uma tentativa de poder, mas depois de levantar novas tropas e atacar moedas em seu próprio nome (Pl. III, 1) logo foi suprimido por ordem de Galba, o homem no poder em Roma. De acordo com Tácito, Macer tinha sido instigado a seu curso de ação por uma mulher chamada Calvia Crispinilla (que ele descreve delicadamente como tendo sido a filha de Nero *magistra libidinum*); e, com sua astúcia habitual, acrescenta o comentário: *famam populo Romano haud obscuro molita*, "houve sem esconder o fato de que ela tentou matar os romanos de fome"<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Tácito, Histórias I. 73.

## PLATE II

## THE CORN-SUPPLY



1. Coin of Nero, ANNONA AVGVSTI CERES: 'A beautiful and elaborate composition, illustrating the favourite theme of the Emperor's care for the corn-supply of Rome' (Mattingly). Ceres, the presiding goddess, with Annona, the spirit of corn-harvest. The ship's stern symbolises the import of corn from overseas. (Enlarged)



2. Coin of Nero, illustrating the new harbour at Ostia, the port of Rome. (Enlarged)



3. Coin of Titus, ANNONA AVGVSTI. Annona alone, with cornucopia, corn-basket and ship's prow; she carries a statuette of Aequitas, symbolizing the just dealing of the Emperor (i.e. in sharing out supplies). (Enlarged)

Isto significa claramente é que, com ou sem encorajamento, Macer usou suas tropas para parar os navios de grãos de navegar para Roma, ameaçando assim a população da capital com fome. Isso apesar do fato de que o milho também pode ser importados da Sicília e da Sardenha (que tinham sido as principais fontes de milho importado antes da anexação da África), bem como do Egito. Sem dúvida, Macer esperava que seu bloqueio começasse a entrar em vigor em um comparativamente tempo menor, e ele estaria então em um posição de ditar seus próprios termos para retomar a passagem de suprimentos. Nada poderia demonstrar com mais força o lugar dominante do milho produzido na África na economia da cidade de Roma. Não precisamos procurar mais do que isso para a resposta à nossa pergunta sobre o valor especial da África para Roma. A dependência de Roma dos suprimentos de milho africanos continua sendo uma característica constante da história imperial romana. Em pelo menos duas ocasiões subsequentes, governadores da África em revolta contra o governo central, o governo foi capaz de usar a mesma ameaça de Clodius Macer; embora nenhum dos dois, no final das contas, tenha tido melhor sucesso. Os governantes de o Império não poderia tolerar qualquer interrupção prolongada para o transporte de grãos dos portos africanos para o porto de Roma no foz do Tibre (Pl. II, 2). Os armazéns lá sem dúvida carregavam estoques de reserva suficientes para suprir uma escassez devido a tal natural causas como uma colheita ruim ou tempestades no mar; mas se os suprimentos fossem interrompidos totalmente, os efeitos seriam sentidos na cidade dentro de um período de alguns meses, talvez dentro de algumas semanas. Após a fundação por Constantino de sua nova capital para o Império do Oriente, esta ameaça ao abastecimento de milho de Roma poderia ser ainda mais eficaz do que no passado, já que os suprimentos do Egito eram agora desviados para alimentar a população de Constantinopla. Portanto, tanto em 308, quando o governador civil das províncias africanas (Domitius Alexander, Pl. III, 4) foi proclamado imperador como um dos vários pretendentes rivais em diferentes partes do Império, e novamente em 397, quando o comandante dos exércitos na África proclamou sua lealdade ao Imperador do Oriente, implicando, portanto, rebelião do Imperador em



3. Gordian II, son and colleague of his father: 'Eternal Rome'. (Enlarged)



1. Clodius Macer (69): The obverse has a lion-scalp, for Africa, instead of a portrait; the reverse honours legion III Augusta. (Enlarged)



2. Gordian I (238): proclaimed at Thysdrus, accepted as Emperor by the Senate at Rome, where the coins of him and his son were issued. (Enlarged)



4. Domitius A  
(Enlarged)

o Ocidente, os governantes de Roma agiram prontamente, enviando tropas da Itália em número suficiente para derrotar os na África sem muita dificuldade. A recuperação da África nesta última ocasião foi celebrada pelo poeta da corte Claudian em um longo poema de estupefacientes embotamento; mas duas linhas e meia de toda essa verbosidade colocam a situação de forma sucinta. A cidade personificada de Roma é feita a queixar-se da revolta da África com estas palavras<sup>8</sup>:

*"Pascimur arbitrio Mauri; nee debita reddi, sed sua  
concedi iactat gaudetque diurnos ut famulae praebere cibos".*

'Somos alimentados pela vontade do Mouro [Gildo, o general em questão, era de fato natural da Mauritânia]; nem as dívidas devem ser pagas, mas ele ostenta e se alegra nos dias de fornecer comida para suas criadas.'

Roma pode ter sido a dona do Império; mas um determinado governante das províncias africanas tinha o poder de humilhá-la à condição de dependente'. A posição econômica da África como celeiro de Roma obviamente tinha um valor social também, na medida em que permitia ao governo manter

---

<sup>8</sup> Claudian, de Bello Gildonico I. 70-2.

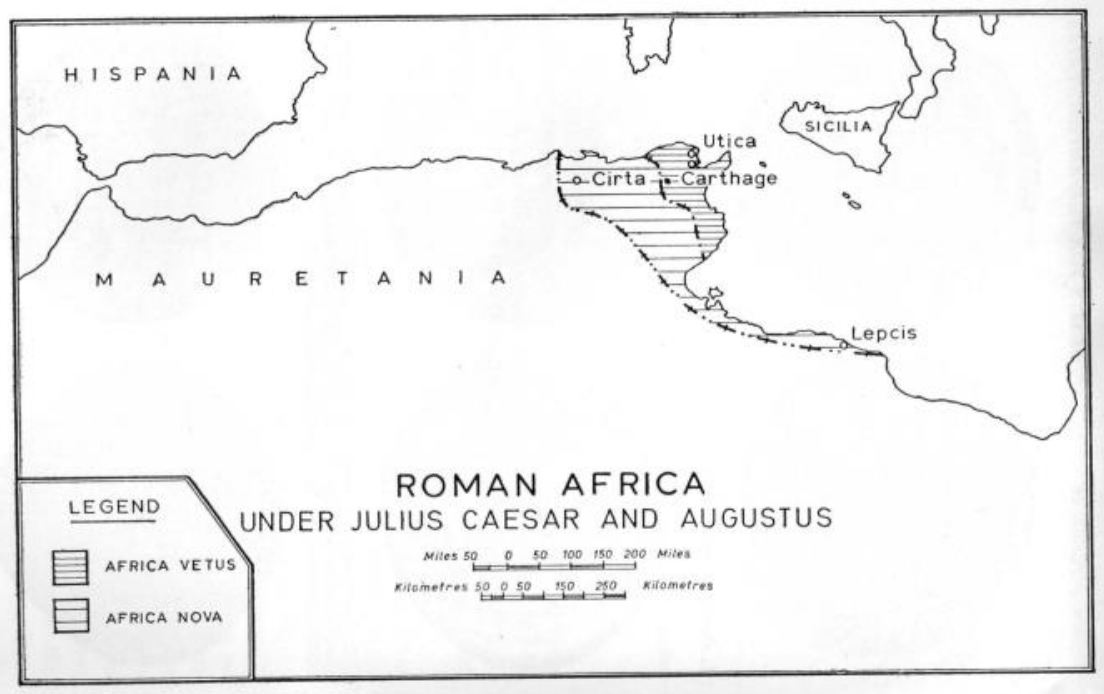


a população urbana contente em fornecer-lhe metade da fórmula de Juvenal — "pão e circo" (*panem et circenses*)<sup>9</sup>. Na verdade, a segunda metade também foi amplamente fornecida pela África, a parte mais próxima do Império de onde os animais selvagens estavam disponíveis em grandes quantidades para os esquálidos massacres no anfiteatro que foram dignificados com o nome de *venationes* 'caças' (Pl. IV, 1-4). Há pouca dúvida de que o elefante da floresta da Mauritânia, um parente do *Loxodonta* africano, e provavelmente a besta que desempenhou um papel célebre no exército de Aníbal, foi caçado à extinção antes do final do período romano. Outras espécies também seguiram o mesmo caminho: leões, panteras, leopardos e até ursos estavam entre os animais trazidos do norte da África para Roma na antiguidade, mas nenhum pode ser encontrado lá hoje. Alguns animais vieram do sul do Saara; eles devem ter sido trazidos por terra para costa mediterrânea e depois enviados para a Itália como os capturados nas províncias.

Finalmente, outra forma pela qual a África foi socialmente útil para Roma era fornecendo terras para assentamentos ultramarinos de cidadãos romanos (Mapa 5). Até quase o final do segundo século a.C., a era *publicus* na Itália — ou seja, terras pertencentes ao Estado Romano por direito de conquista de inimigos derrotados — havia fornecido bons recursos em terras agrícolas para atribuição a soldados veteranos e outros cidadãos romanos que estavam dispostos a trabalhar como inquilinos individuais ou como membros de uma colônia, em um assentamento quase militar. A tentativa Caio Graco em 122 a.C. para fundar a colônia de Junonia perto de Cartago (p. 18), ao utilizar terras públicas ultramarinas para o mesmo fim, marcou um tipo inteiramente novo de projeto. Embora dificilmente possa ser duvidado que um número substancial de italianos já tivesse emigrado para outras partes do Mediterrâneo, estes terão sido principalmente homens de negócios de classe média como os infelizes defensores de Cirta contra Jugurta. Até Caio Graco pensar nisso, não houve assentamentos oficiais no exterior, projetados para dar aos homens de fortunas mais modestas — artesãos, comerciantes, fazendeiros — uma oportunidade de novos ambientes para fazer uma carreira que era cada vez mais difícil

---

<sup>9</sup> Juvenal X. 81.



## PLATE IV

## BEASTS FOR THE AMPHITHEATRE



1. Domitian (undated): rhinoceros, imported from south of the Sahara. (Enlarged)



2. Antoninus Pius, *MVNIFICENTIA AVGVSTI*. (148/9): elephant. Commemorates shows given to celebrate the 10th anniversary of his accession, coinciding with the 900th anniversary of Rome (147/8). (Enlarged)



para acompanhar em casa. Embora a lei para a fundação de Junonia tenha sido anulada após a queda de Graco, os colonos ainda podiam manter suas parcelas de terra como inquilinos individuais. Este padrão de acordo semioficial foi seguido na África desde então até o tempo de Júlio César. Os assentamentos republicanos mais importantes na África foram aqueles das tropas veteranas de Marius após sua vitória sobre Jugurtha (p.19). Em 103 a.C. um tribuno apresentou um projeto de lei para a atribuição de terras em África a esses homens em parcelas de 100 *iugera* (cerca de 60 acres), e em de acordo com isso, vários assentamentos foram fundados, todos, então, até onde se sabe, além da fronteira original da 'Velha Província' e assim na época de sua fundação dentro do reino de Numídia. Como os ex-colonos de Junonia, os veteranos marianos foram considerados como inquilinos individuais, mas, apesar disso, há evidência de que eles formaram suas próprias comunidades com algum tipo de organização corporativa. Inscrições dos locais de três cidades do período imperial referem-se definitivamente a Marius como fundador: em um ele é realmente chamado de *conditor coloniae*, "fundador da

colônia<sup>10</sup>, embora o local em questão não tenha adquirido formalmente status colonial até o terceiro século d.C. Mais ou menos no mesmo tempo um assentamento de algum tipo foi enviado para a ilha de Cercina (*Kerken*), na costa da Tunísia; o funcionário responsável por sua — fundação foi o pai do futuro ditador Júlio César.

No início do primeiro século a.C. deve ter havido um número razoável de colonos italianos na África. Não temos nenhuma evidência positiva de números, porque, além dos colonos patrocinados pelo governo, é provável que outros colonos tenham abandonado suas cotas próprias, o total pode muito bem ter ficado não muito longe dos 80.000, que é atestado como o número de italianos que vivem na província da Ásia neste período.

Com o ditador César, entramos em uma nova fase nos assentamentos em África. Além de sua refundação de Cartago sob seu novo título de Colônia Julia Concordia, ele também fundou uma série de outras colônias, em pelo menos algumas das quais comunidades púnicas existentes foram absorvidos pela nova fundação romana. Na verdade, as fundações de César, em certa medida, prenunciam a prática posterior de conceder status de cidadania romano para cidades provinciais que foram consideradas como tendo ' mereciam, quer sua população fosse de origem italiana ou não. Mas para o futuro imediato a dica não foi seguida. Augusto voltou ao tipo tradicional de colônia. Ele tinha, é claro, um grande número de soldados excedentes para se livrar quando ele se desfez mais da metade das legiões que lutaram nas guerras civis, e dificilmente havia uma província do Império em que ele não colocasse colônias de veteranos. A África, é claro, recebeu sua parte; e como mencionado acima (p. 24), ele até colocou um número no cliente- - reino da Mauritânia. O subsequente desenvolvimento das cidades romanas na África será discutido no próximo capítulo. O que já foi dito servirá para mostrar que pelo menos até a época de Augusto uma importante função das províncias africanas era fornecer um campo para a liquidação da população excedente da "Itália — isto é, de cidadãos

---

<sup>10</sup> Ana. ep. 1951, n. 81, de Tuburnica. Os outros lugares são Thibari e Uchi Maiús; todos estão em N.W. da Tunísia

romanos para quem nem lotes de terra nem lucrativos empregos urbanos poderiam ser encontrados em casa. Pode-se dizer que em respeito eles prestaram um serviço semelhante para a Itália do antigo período republicano ao que colônias africanas como Quênia e Rodésia prestaram para a Grã-Bretanha do final do século 19 e início do século 20. Os dois capítulos seguintes mostrarão que os resultados que se seguiram a esta emigração para as províncias do Império Romano foram muito diferentes das ocorridas no Império Britânico.

## 2. Romanos Africanos

NESTE capítulo veremos a relação entre Roma e a África do ponto de vista dos súditos africanos de Roma, e tente ver o que eles ganharam com sua conexão com o Império. Isso envolverá o exame da medida em que os habitantes da África Romana tornaram-se romanizada; e isso, por sua vez, significa desenhar uma distinção entre a vida na cidade e a vida no campo nas províncias, porque o tipo de vida que um africano romano desfrutava dependia muito sobre se ele era um cidadão ou um compatriota. O mesmo é verdade até certo ponto de outras províncias, e o contraste pode ser visto em seu ponto mais extremo no Egito, onde praticamente não havia pontos de contato entre a sofisticada população urbana de Alexandria e os *fellaheen* analfabetos e oprimidos das áreas rurais. Mas na parte ocidental do Império em geral o quadro era diferente. Na Itália, sempre houve uma estreita associação entre as cidades e sua paisagem circundante; isso é exemplificado pela estrutura social do início da República Romana, na qual a maioria da população era trabalhada na terra, vivendo em aldeias ou pequenas cidades de fácil acesso à cidade, para a qual vinham periodicamente para os dias de mercado e para participar de assembleias políticas. Temos apenas que considerar o profundo amor pelo campo italiano exibido na obra de Virgílio *Geórgico*, ou no apego afetuosos de Horácio à sua fazenda Sabine, perceber que mesmo o mais sofisticado dos romanos permanecia no coração um compatriota. Os colonos italianos que foram morar na África tomaram esta concepção da relação entre a cidade e o campo com eles: já vimos como os veteranos do exército de Marius, que receberam lotes de terra na Numídia formaram-se quase automaticamente em comunidades locais com uma identidade corporativa. Já existia na África sob o domínio cartaginês um bem desenvolvido sistema de vida da cidade. Além da própria Cartago havia muitos assentamentos púnicos ao longo da costa (Mapa 5) que, fundado originalmente para fins comerciais, com o passar do tempo tornaram-se comunidades assentadas, cada uma com sua própria organização cívica. Tais eram Utica, vizinha e ex-rival de Cartago, que foi elevada à condição de capital da província romana depois de Cartago ser destruída, e as outras seis 'cidades livres' (*civitates liberae*) que

durante o período republicano gozaram de um status especial dentro da 'Velha Província'. Além disso, quando Masinissa, contando com sua posição como aliado de confiança de Roma, estava criando pela primeira vez na história um reino númida unificado, uma das maneiras pelas quais ele tentou dar coesão ao seu reino foi a fundação de cidades no modelo púnico; alguns deles, como Hippo Regius (Bone, agora Annouba), Bulla Regia e, claro, a capital Cirta (Constantino), tornaram-se principais cidades da África romana após a anexação do reino Numídia. É duvidoso até que ponto a existência dessas cidades realmente afetaram a vida da paisagem circundante. No império cartaginês sempre houve uma clara distinção entre os mestres púnicos e súditos líbios; em geral, eram os cartagineses que possuíam a terra — ou pelo menos o melhor dela — e os líbios nativos que trabalhavam para eles como servos; a concepção italiana de um campesinato livre que eram eles próprios cidadãos das cidades em cujo território sua terra estava situada não existia na África Púnica. Quanto ao reino Masinissa, na medida em que seus súditos eram agricultores estabelecidos e tribos pastoris ainda seminômades, o padrão provavelmente foi mais parecido com o de Cartago do que com o de Roma. Portanto, devemos estar preparados para encontrar nas províncias africanas durante o período imperial romano duas concepções diferentes da relação entre a cidade e o campo: naquelas áreas que haviam sido colonizadas por colonos italianos, a ideia do país como território extensão da *civitas*, da qual os moradores da cidade e do campo eram igualmente membros; em outros lugares, uma distinção clara entre as classes privilegiadas que vivem nas cidades e possuem terras fora e a população rural deprimida trabalhando a terra para eles. No entanto, embora essas duas concepções diferentes possam ter existido lado a lado por algum tempo, a tendência era para a distinção entre eles era para se tornar apagada; e no final princípio do século II d.C., quando nossas evidências de vida na África romana começam a se tornar abundantes, sua estrutura social exibe uma clivagem entre a cidade e o campo que parece dever mais ao Púnico do que ao sistema italiano. Este último sobreviveu principalmente na política, no sentido de que a *civitas* era a unidade do governo local, e que os distritos rurais foram atribuídos ao território das cidades para



fins de administração. Mas aqueles que viviam nas cidades (e incluíam os latifundiários) tinham, em geral, um romanizado modo de vida e desfrutavam das amenidades que as cidades podiam oferecer e das quais os restos ainda existentes dessas cidades carregam abundantemente testemunhos. Como a prosperidade das cidades certamente dependia da agricultura, não se pode dizer que os camponeses eram inteiramente excluídos do gozo dessas comodidades; mas parece que sua posição era em geral menos privilegiada, até porque tendiam a ser os membros da população que não podiam dar-se ao luxo de deixar a terra e ir viver nas cidades. Será óbvio pelo que foi dito no último capítulo sobre a importância para Roma dos suprimentos de milho da África que a agricultura era altamente desenvolvida, pelo menos no território que havia sido controlada por Cartago. Os cartagineses foram os principais especialistas agrícolas do mundo antigo no terceiro e séculos II a.C., e muito antes da ocupação romana, os recursos das áreas sob seu controle foram totalmente explorados. Os romanos, introduzindo métodos avançados de conservação de água e irrigação, ampliaram enormemente a área de cultivo. A fotografia aérea revelou a presença de barragens e canais de irrigação ao longo da fronteira da Numídia, em áreas que são agora deserto. Mas claramente foi na agricultura do antigo domínio cartaginês que a prosperidade da província dependia. Havia duas áreas principais de cultivo: uma incluía o vale do rio Bagradas (Oued Medjerda) e seus afluentes, juntamente com a planície a sudoeste de Cartago e o Cabo Península Bon. Aqui, além das lavouras de grãos que forneciam a principal exportação da África, vinhas e pomares abundavam. A outra área foi quase inteiramente dedicada ao cultivo de oliveiras — a região que faz fronteira com o Golfo de Sidra (*Goffe de Gabes*), em torno Thysdrus (*El-Djem*) mais de 160 quilômetros ao sul de Cartago, e ao longo da costa da Tripolitânia, onde imensas quantidades de azeite foram produzidas. Em muitos lugares restos de fábricas de sua produção ainda podem ser vistos. Outros produtos do rural africano incluem-se animais para o anfiteatro, madeiras da encostas (especialmente a muito apreciada madeira cítrica do Monte Atlas

na Mauritânia) e peixes, especialmente atum; vinhas também foram cultivadas, embora na antiguidade como nos tempos modernos os vinhos norte-africanos fossem considerados inferiores aos produzidos ao norte do Mediterrâneo; e gourmets valorizavam as trufas africanas, segundo um gourmet de Juvenal que os avaliaram, valendo mais do que todos os suprimentos de milho<sup>11</sup>.

Sob o domínio romano, embora as parcelas dadas aos italianos imigrantes tinham uma extensão comparativamente moderada (120 acres, foi o máximo para os colonos de Junonia), houve uma tendência para que as grandes propriedades (latifúndios) crescessem, e para os pequenos agricultores serem comprados por seus vizinhos mais ricos ou para serem reduzidos à condição de inquilinos. Durante o último século da República a terra nas províncias era certamente mais barata do que na Itália, e ouvimos de vários contemporâneos de Cícero que tinham interesses comerciais na África e lá puderam adquirir grandes propriedades: homens de posto equestre como o pai de seu jovem amigo M. Caelius Rufus, ou o L. Aelius Lamia em cujo interesse ele escreveu uma carta ao governador da província em 43<sup>12</sup>. Inscrições atestam a existência sob o Império de um *saltus lamianus*, que sem dúvida fora a propriedade do amigo de Cícero, mas já fazia parte das vastas terras imperiais na província, provavelmente por legado ou ainda mais provavelmente por confisco, talvez no reinado de Domiciano, que de acordo com Juvenal foi "embebido no sangue dos Lamiae<sup>13</sup>". Já no reinado de Nero dizia-se que metade da terra cultivável na província pertenciam a não mais de seis proprietários<sup>14</sup>; e mesmo admitindo-se algum exagero, não há dúvida de que tais latifúndios eram uma característica constante do padrão da agricultura na África. O Imperador era, claro, o maior proprietário de terras, e tinha uma organização especial, com sede em Cartago, para supervisionar suas propriedades. Estas, naturalmente, não ficaram sob as cidades para fins de administração local, e os *coloni* ou arrendatários nas propriedades estavam à mercê dos agentes do imperador ou dos empreiteiros (condutores) a quem as terras às vezes eram arrendadas.

---

<sup>11</sup> Juvenal V. 119.

<sup>12</sup> Cícero, *pro Caelio* 73: "*res et possessões paternas*"; Epp. *add Familiares* XII. 29.

<sup>13</sup> Juvenal IV. 154

<sup>14</sup> Plínio, Hist. Nat. XVIII.35.

No entanto, a existência de *latifundia* não excluía de forma alguma a presença de pequenos proprietários também. A prosperidade das cidades, como já foi dito, foi fundada no interior, e os principais membros dessas comunidades cívicas eram, como veremos. Muito prósperos mesmo. Eles certamente possuíam terras nos arredores do país, e mesmo que seus estabelecimentos não fossem da escala daqueles pertencentes ao Imperador ou a senadores proeminentes, eles eram grandes o suficiente para empregar uma força de trabalho considerável. De fato, em uma ocasião, em 238, os proprietários de terras do distrito em torno de Thrysdrus conseguiram mobilizar seus trabalhadores rurais para assassinar um procurador e proclamar um novo imperador. Este procurador havia avaliado alguns deles para tributação a uma taxa que os teria privado de suas propriedades, e assim (nas palavras do historiador contemporâneo Herodiano)<sup>15</sup>:

"eles disseram aos trabalhadores de suas propriedades para virem à noite trazendo consigo porretes e machados; e todos entraram na cidade antes do amanhecer, escondendo suas armas caseiras sob suas roupas. A multidão que se reuniu era grande; pois a África é um país populoso e muitos de seus habitantes trabalhavam na terra. [Depois de dar instruções aos seus seguidores], os mestres, usando punhais em seus cintos, abordaram o procurador como se para discutir o pagamento do dinheiro; então de repente eles o atacou e o derrubaram. Os soldados seus guarda-costas desembainharam as espadas, mas foram derrotados pelos compatriotas, que fizeram uma corrida, empunhando seus porretes e machados em defesa de seus mestres".

Em seguida dirigiram-se à casa em que o procônsul, um idoso senador chamado Gordian, estava ficando, e saudou-o como imperador. Seu reinado foi excessivamente breve (22 dias, diz Herodiano), pois os camponeses e alguns recrutas reunidos às pressas de Cartago foram incapazes de resistir ao exército trazido contra eles pelo legado de Numídia; mas houve tempo para o Senado em Roma receber a notícia e aceitar a nomeação de Gordiano como Imperador (.Pl. III, 2 e 3). O episódio contrasta com o processo usual de imperador do século III, que era para os comandantes do exército

---

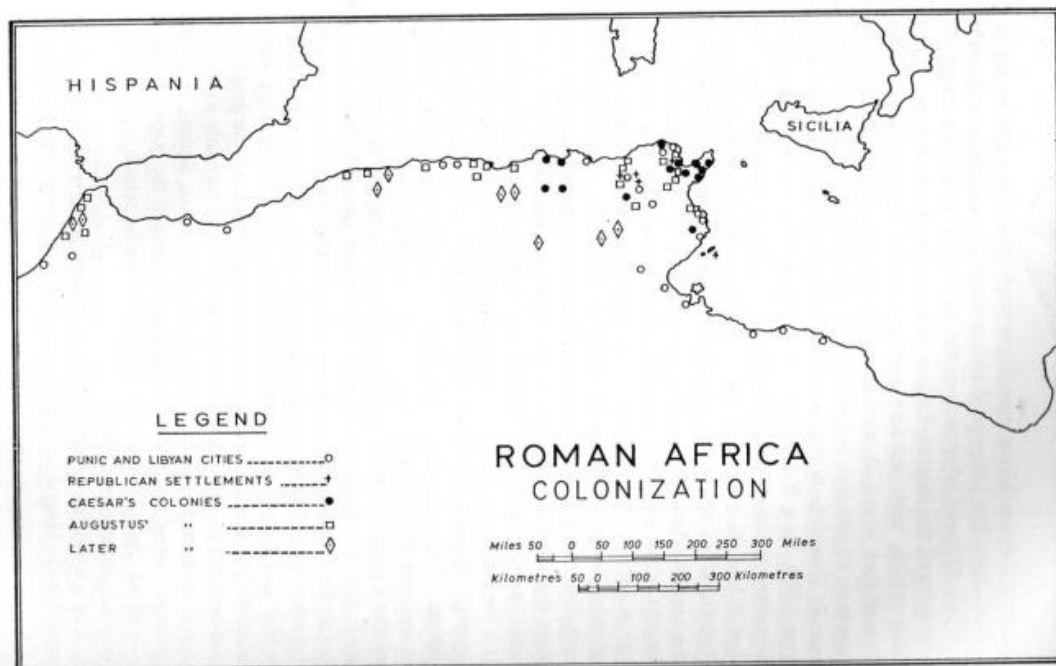
<sup>15</sup> Herodiano VII. 4.3-6.

a ser proclamado por suas tropas. Talvez seja significativo que a única pretendente imperial proclamado na África que encontra um lugar na lista oficial de imperadores legítimos deveu sua elevação não aos soldados, mas aos civis de um distrito rural. No entanto, apesar de toda a importância econômica do campo, os habitantes do campo formavam uma classe deprimida social, política e financeiramente. Seja como inquilinos nas propriedades imperiais ou em outros latifúndios ou como trabalhadores empregados pelos magnatas das cidades locais, eles não eram realmente seus próprios amos; mesmo que tecnicamente romano cidadãos (e desde o início do século III a cidadania romana foi estendida a todos os habitantes livres do Império), eles tiveram poucas oportunidades de aproveitar os benefícios da civilização romana em suas vidas comuns. A arqueologia da África romana revela algumas das suas casas; as modestas mas confortáveis quintas conhecidas das escavações na Grã-Bretanha, por exemplo, dificilmente são encontradas aqui. Para as principais evidências da romanização temos que ir às cidades. A característica mais marcante da África romana é o imenso número das cidades que continha. As estimativas do total variam (em parte devido à dificuldade de determinar o status preciso de cada povoado). Em dois trabalhos recentes<sup>16</sup> encontro uma estimativa de 500, das quais 200 estavam na província proconsular, e outro de cerca de 650 na África romana como um todo. Mesmo se tomarmos o valor mais baixo, o número ainda é surpreendentemente alta, e isso significa que a densidade das cidades no povoado partes das províncias era maior do que em qualquer outro lugar na metade oeste do Império (Mapa 6). Porque os sites de muitos deles remanesceram desocupados depois que as invasões árabes acabaram com a Vida romanizada do país, a África é excepcionalmente rica em vestígios de suas cidades; deve haver pelo menos 200 dos quais alguns restos sobrevivem, e talvez mais ainda a ser descoberto por escavação.

Antes de prosseguirmos, devemos considerar o que significa conexão pela palavra 'cidade'. Certamente isso não significa que a África romana continha 500 lugares do tamanho de Acra — ou mesmo, para essa matéria, o tamanho de Cape Coast! Não mais do que cerca de meia dúzia de

---

<sup>16</sup> Respectivamente F. Millar, *The Roman Empire and its Neighbourhoods* (Londres, 1967), pág. 176, e A. H. M. Jones, *Decline of the Ancient World* (Londres, 1966). pág. 239.



idades da África romana eram grandes o suficiente para serem descritas como 'idades' nesse sentido. A palavra latina *civitas* denota uma unidade de governo local; e quando usamos a palavra 'idade' para falar sobre o províncias do Império Romano, geralmente é levado para aplicar à cidade que, com seu distrito rural circundante (*territorium*), formou tal unidade. Uma sobrevivência desse uso mais antigo da palavra pode ser visto em sua aplicação na Grã-Bretanha a qualquer lugar que tenha uma catedral, mesmo St. Davids no País de Gales, que é uma vila com uma população bastante maior de 1.000 almas. Para um romano não haveria nada de absurdo em descrevendo um lugar com uma população de 1.000 habitantes, considerar como uma *civitas*, desde que tivesse seu próprio governo autônomo local. De fato, a *civitate* da África romana variava muito em tamanho. Cartago foi sem dúvida a maior: Augusto a ampliou muito após sua refundação por Júlio César, e provavelmente foi ele quem a estabeleceu como a cidade capital da África, substituindo Utica. Há alguma evidência de que um número de outras cidades da província foram 'atribuídas' a Cartago, ou seja, incluídos em seu *territorium*, de modo que os cidadãos romanos que nele viviam eram consideradas membros da colônia de Cartago, pelo menos até que suas próprias cidades adquiriram o status de cidadania romana. É arriscado tentar qualquer estimativa da população das antigas cidades — diferentes métodos de cálculo podem produzir resultados muito divergentes — mas no caso de Cartago a evidência é unânime de que era uma das maiores cidades de todo o Império. Nenhuma outra cidade das províncias ocidentais se aproximava em tamanho; além de Roma em si, os únicos lugares maiores eram Alexandria, possivelmente Antióquia, e (do século IV em diante) Constantinopla. Estas três últimas, juntamente com Cartago, foram as únicas cidades, até onde se sabe, que tinham um sistema de distribuição gratuita de pão como o que ocorria em Roma. Embora as escavações no local de Cartago não tenham revelado sua extensão total, sua área construída foi certamente superior a 1.000 acres, e sua população deve ter chegado a seis dígitos. Em comparação, uma das maiores cidades romanas ao norte dos Alpes-Londres — tinha uma área de 325 acres dentro de suas muralhas, o que pode implicar uma população de cerca de 30.000 habitantes. A segunda cidade das províncias africanas é geralmente considerada como tendo sido Lepcis Magna em Tripolitania, mas aqui alguns cuidados se tornam

necessários. Esta cidade foi o local de nascimento de Septimius Severus, que tornou-se imperador e fundou uma nova dinastia no final do segundo século; sua carreira será discutida no terceiro capítulo. Uma das coisas que Severus fez como Imperador foi instituir um grandioso programa de construção em sua cidade natal, que já era bem munida de belos edifícios públicos que datam de Augusto a Adriano. Existe, portanto, o perigo de que, se usarmos o número e tamanho dos prédios públicos como índice da população de uma cidade que pode superestimar consideravelmente a de Lepcis, cujos habitantes parecem ter achado cada vez mais difícil manter os elaborados edifícios que uma embaraçosa munificência imperial havia desejado. Até o porto, que Severus e seu filho haviam ampliado e dotado de quebra-mares e cais, parece ter rapidamente assoreado para cima, deixando as instalações praticamente não utilizadas literalmente altas e secas. Lepcis certamente era uma cidade grande e importante, mas sua posição como segunda cidade da província pode não ter durado mais do que meio século ou mais que a dinastia Severa esteve no poder. A área construída da cidade era praticamente a mesma da Londres romana, e, portanto, provavelmente deveríamos colocar sua população em um nível semelhante de números, digamos entre 30.000 e 40.000 almas no máximo. O efeito distorcido do favor imperial mostrado em Lepcis pode talvez ser paralelo ao local de Thysdrus (*El-Djem*), que possui o que é provavelmente o mais célebre monumento único da África romana, seu grande anfiteatro. Uma maneira de estimar a população de cidades antigas, como às vezes sugerido, é calcular a capacidade de assentos de seus locais de entretenimento. Por este critério teríamos que decidir que Thysdrus era quase tão grande quanto Roma em si, já que seu anfiteatro não fica muito aquém do tamanho do Coliseu, e provavelmente era capaz de acomodar de 50.000 a 60.000 espectadores. É verdade que Thysdrus foi nos tempos romanos, como agora, o centro de uma extensa zona de olivicultura à qual deverá considerável prosperidade; mas é altamente improvável que população antiga excedeu em muito os 5.000 de sua população atual. Uma provável explicação para a presença deste impressionante monumento lá é que Thysdrus era, como descrito acima o lugar onde o efêmero imperador Gordiano foi proclamado

em 238. Mais tarde, um seu neto tornou-se imperador como Gordiano III, e embora não haja nenhuma evidência direta, é um palpite razoável que foi ele quem mandou construir o grande anfiteatro, para comemorar o acontecimento que elevou sua família ao trono imperial. Algumas outras cidades podem ter tido populações em torno de 20.000 almas. Utica, embora eclipsada mais uma vez por Cartago, talvez manteve um pouco da importância que já teve como capital da província, embora a sua utilidade como porto fosse diminuindo com o progressivo assoreamento do estuário do rio Bagradas, que agora deixou o local a cerca de dez quilômetros da costa. Cirta, a antiga capital da Numídia, e Cesaréia (Cherchell), capital de Juba, na Mauritânia, provavelmente entram nesta classe também, já que ambas permaneceram importantes centros administrativos. Para elas talvez devesse se acrescentar Volubilis, no extremo oeste, que também foi fundado por Juba e pode ter se tornado a capital da Mauritânia Tingitana, embora essa província tomou o nome da colônia romana de Tingi (Tânger). Outra dúzia de cidades provavelmente poderiam ser listadas com populações na região de 10.000; mas a grande maioria era obviamente muito menor. Muitas dessas 'cidades' terão sido pouco mais do que grandes aldeias; aquelas com uma população de 5.000 ou 6.000 provavelmente estariam entre os centros maiores. A média população de uma cidade africana romana pode ser estimada entre 2.500 e 3.000 almas. É naturalmente nas cidades que encontramos a evidência mais clara da expansão da civilização romana, e de fato não há muito nas instituições políticas e sociais das cidades para distingui-las das suas contrapartes nas outras províncias ocidentais e até na Itália em si. Em meados do século III, a maioria havia obtido promoção ao status cívico pleno como *coloniae* e *municipia*, termos que a essa altura, já não indicavam diferenças de origem: uma *colonia* foi originalmente um assentamento oficial de cidadãos romanos; um município, originalmente uma cidade com status de cidadã na Itália, passou a significar uma província cidade para a qual alguns dos privilégios da cidadania romana haviam sido concedidos (geralmente o direito para aqueles que detinham suas magistraturas para adquirir a cidadania romana). Desde o final do primeiro século



em diante, tornou-se prática comum que tais comunidades fossem posteriormente promovidas ao posto de colônia, de modo que todos os seus burgueses tornaram-se cidadãos romanos. Algumas colônias do tipo antigo, ou seja, assentamentos de soldados veteranos, continuou a ser fundada até o início do segundo século: três com veteranos da Terceira Legião foram fundadas por Nerva e seu sucessor Trajano entre 97 e 100, em Sitifis (*Sétif*) e (provavelmente) Cuicul (*Djemila*) no leste da Mauritânia, e, a mais conhecida de todos, em Thamugadi (*Timgad*) a poucos quilômetros da sede legionária em Lambaesis. Mas estes estavam entre os últimos das colônias militares. A partir de Adriano, a essencial diferença entre um *municipium* e uma *colonia* não era de origem mas de estado.

O processo de desenvolvimento pode ser bem ilustrado em Lepcis Grande. Originalmente era uma colônia púnica, fundada aparentemente por volta de 500 a.C. sob a proteção de Cartago, embora poucos vestígios da cidade púnica foram encontrados nas suas escavações; sem dúvida os edifícios foram em grande parte destruídos pelos da cidade romana posterior. Sob Cartago, e depois a partir de meados do segundo século a.C. como parte do reino da Numídia, Lepcis pagou tributo, mas desfrutou autogoverno local com uma constituição modelada na de Cartago, tendo eleitos anualmente os principais magistrados chamados *shophetim* (a palavra é a mesma que a hebraica usada para os 'Juizes' de Israel), latinizada como *sufetes*. No final do século II a.C., homens de negócios romanos já estavam começando a se estabelecer lá, para tomar vantagem da expansão de seu comércio que se seguiu à destruição de Cartago e à abertura de novos mercados na Itália e em outras partes da área do Mediterrâneo. Seu principal produto de exportação era o azeite; mas também ficava no extremo norte de uma das grandes rotas de caravanas transaarianas pelas quais bens de luxo como ouro, marfim, penas de avestruz e, claro, escravos foram trazidos do sul do Sudão até a costa do Mediterrâneo. De 111 a 46 a.C. o povo de Lepcis gozava do status de 'amigos e aliados' (*amici sociique*) do povo romano; isso significava que eles eram nominalmente e para fins mais práticos independentes, mas autorizados a solicitar e obter proteção militar quando necessário. Na Guerra Civil, no entanto, Lepcis apoiou o lado errado; e quando César in-

corporou o reino de Juba ao Império como a província da África Nova, Lepcis perdeu seu status privilegiado e incorreu na obrigação de pagar um estipêndio anual (tributo em espécie) no valor a seis mil e seiscentos litros de azeite. A quantidade exigida é um testemunho eloquente do estado florescente da cultura Tripolitânia da oliveira. A carreira de Lepcis como uma cidade romana começou sob Augusto, que (provavelmente por volta de 12 a.C.), concedeu a todas as três cidades da Tripolitânia os direitos das 'cidades livres'. Isso não significa que eles deixaram de ser sujeitos ao domínio romano, nem os aliviou do fardo do tributo; no entanto, garantiu-lhes um certo status dentro da província, e provavelmente isentou-os da jurisdição direta do procônsul. Como uma 'cidade livre', Lepcis continuou a governar-se da maneira tradicional, mas seus cidadãos gradualmente adotaram as formas da tradição romana, como usar o latim tanto quanto o púnico, e construir prédios públicos no estilo romano. Durante os últimos vinte anos do reinado de Augusto uma planta de rua foi disposta no familiar padrão retangular de urbanismo romano, com um Fórum pavimentado ladeado por templos e uma basílica ou prefeitura, usada para negócios comerciais e judiciais; provavelmente, também uma Cúria ou casa de conselho, embora aquela das quais vestígios ainda existentes datam apenas do segundo século d.C. Ao mesmo período de desenvolvimento da cidade pertencem dois mercados e o teatro, todos os quais, como somos informados por inscrições, foram pagos por cidadãos importantes<sup>17</sup>. 7 O mercado anterior e o teatro foram ambos pagos pelo mesmo homem, Annabal Rufus, que montou inscrições bilíngues para comemorar o fato. Estes revelam a combinação de formas púnicas e romanas que são tão características da África romana neste período. Não só Annabal Rufus registrou suas bênçãos tanto em púnico quanto em latim, mas seu nome combina os dois elementos, e os cargos que ocupou em sua cidade que incluem tanto a dos *sufes* (a magistratura púnica) quanto a dos *flamen* ou sacerdote do culto imperial, o culto oficialmente patrocinado de Roma e Augusto. Apenas noventa anos após a conclusão do

---

<sup>17</sup> Mercado (8 a.C.): IRT. 319. Teatro (1/2 d.C.): IRT. 322. Segundo mercado (11/2 d.C.), dado por Iddibal Caphada Aemilius: IRT. 324. Todos esses textos são bilíngues.

teatro, no tempo de Domiciano, foi melhorado pela adição de assentos na *orquestra* para espectadores ilustres. O homem que pagou por este trabalho tem um bom nome latino — Tiberius Claudius Sestius herdou de seu pai, que se tornou cidadão romano pelo imperador Cláudio; caso contrário, ele é tão púnico quanto Annabal Rufus<sup>18</sup>. Como ele, ele estabelece sua inscrição em ambas as línguas, e foi *sufes* e *flamen*; e ambos os homens têm títulos honoríficos como *ornator patriae* e *amator concordiae* que se parecem com versões latinas de expressões púnicas. Títulos como estes continuam a ser encontrados no segundo século, mesmo quando as inscrições são em latim apenas.

Em 109-10, Lepcis foi promovida ao posto de colônia por Trajano, com o título oficial *Colonia Vlpia Traiana fidelis Lepcis Magna*; presumivelmente um curto período como município precedeu, embora este estágio não deixou muita evidência. No entanto, pode-se notar que o último exemplo de um nome púnico entre os principais cidadãos é datado para 72; depois disso, todos os magistrados, como Sestius, são cidadãos romanos. O antigo título de *sufes* continuou a ser usado para os principais magistrados até que Lepcis tornou-se uma colônia. Um dos *sufetes* naquele ano foi nomeado L. Septimius Severus (os *Septimii* eram de uma família líder do lugar, provavelmente descendente de imigrantes italianos); ele presidiu as cerimônias marcando a concessão da cidadania romana a todos o Lepcitani, e então assumiu o cargo como um dos primeiros *duoviri*.<sup>9</sup> A essa altura, é claro, Lepcis era uma cidade totalmente romanizada. Mesmo para além do grandioso programa de construção que o seu primeiro neto do *duovir* inauguraria quase um século depois, já estava cheio de esplêndidos edifícios públicos e monumentos com inscrições latinas. Púnico certamente ainda era falado como uma linguagem vernácula, mas raramente escrita; talvez seja significativo que tal inscrições na língua púnica como ainda são encontradas no município no quarto e século quinto, estão escritas no alfabeto latino. As instituições de Lepcis como colônia eram uma cópia em miniatura das de Roma republicana: dois magistrados chefes (*duoviri*) eleitos anualmente

---

<sup>18</sup> IR. 347, de 91/2. 9 IR. 412.

por uma assembleia de cidadãos; magistrados menores (*edil* encarregados da rotina administração e questores como funcionários de finanças); e um conselho de cidadãos abastados (*ordo decurionum*), eleitos vitalícios, como o Senado romano. Na prática, a adesão a *ordo* tendia a tornar-se hereditária, já que o número de famílias ricas era naturalmente restrito. Deveria ser óbvio que isso não foi uma imposição de formas de substituição das instituições tradicionais; não havia essencial diferença, seja na composição ou nas funções, das instituições da *civitas* púnica, apenas uma mudança de nomes. De fato, algumas peculiaridades locais parecem ter sido permitidas a persistir. Por exemplo, o corpo de cidadãos em qualquer colônia romana foi organizado em divisões chamadas *curiae* (nome das divisões mais antigas do corpo cidadão da própria Roma), que tinham alguma identidade corporativa, com observâncias e celebrações religiosas, bem como funcionar como unidades eleitorais. A entrada neles era aparentemente restrita, talvez por uma qualificação de propriedade (na África, pelo menos), e eles elegeram seus próprios funcionários. O número real de tais *curiae* parece ter variado em lugares diferentes; em Lepcis havia onze, que eram nomeados após Trajano e membros de sua família. Agora, onze parece um número curioso para escolher no mundo romano organizado: por que não dez (como os tribunos da República Romana) ou doze (como os Grandes Deuses do Panteão Romano)? Quando encontramos isso em *civitates* africanas que ainda não haviam recebido nenhum tipo de colonização romana, estatuto ou administração local era supervisionado por um grupo de funcionários chamado *undecimprimi*, chamados de 'homens chefes', podemos inferir que este número teve um significado especial na organização das comunidades púnicas; a explicação mais óbvia seria que eles eram os chefes das divisões locais. Nesse caso, a existência de onze cúrias em uma colônia de Lepcis seria mais um elo com a antiga tradição púnica. O desenvolvimento de instituições políticas e sociais romanizadas em Lepcis pode ser comparado a qualquer um dos numerosos *civitates* da África romana, quer tenham se originado como Lepcis e suas cidades vizinhas como colônias púnicas, ou como cidades da Numídia e reinos da Mauritânia, como Bulla Regia, Thugga (*Dougga*) ou Volubilis, ou mesmo como aldeias berberes. Há, é claro, indivíduos

e diferenças locais; nenhuma cidade era exatamente igual a outra: mas a impressão avassaladora da vida urbana na África romana, como um todo, é de uma população aceitando com entusiasmo um modo de vida romanizado — e com isso não apenas os benefícios materiais de ruas pavimentadas, aquedutos, banhos públicos, latrinas, teatros, anfiteatros e todo o resto do aparato cujos restos se espalham pelo interior da Tunísia e do leste da Argélia, mas também um orgulho de realização e um sentimento de pertença a uma comunidade mais ampla. Particularmente impressionantes são os grandes números de beneficências de cidadãos ricos, dos quais já vimos exemplos de Lepcis. A maioria deles — um tanto monótona — consiste em obras de um tipo ou de outro, muitas vezes acompanhadas de distribuições de dinheiro, jantares e diversões para os cidadãos. Assim quando o teatro de Thugga foi construído em meados do século II, toda a estrutura, incluindo "salões públicos, uma colunata e galerias e um palco com cortinas e todos os seus ornamentos", foi erguido às custas de P. Marcius Quadratus, um membro do *pagus* de cidadãos romanos 'atribuídos' a Cartago, onde também ocupou o cargo. Por ocasião de sua dedicação, houve apresentações teatrais (naturalmente), uma distribuição de gratificações, e um jantar para os cidadãos<sup>19</sup>. **10** As gratificações, aliás, eram geralmente de quantidade bastante moderada, e estranhamente foram dadas aos conselheiros, de quem se esperaria menos deles; o resto da população teve que se contentar com o jantar grátis! Os lugares que consideramos até agora foram todos de algum tamanho e importância; mas lugares bastante insignificantes também produzem evidências de romanização. Mesmo na área mais densamente espalhada com cidades romanas, nos deparamos com evidências de assentamentos não-romanos ainda existentes. Um desses, evidentemente, uma aldeia berbere nativa na origem — encontra-se na planície a sudoeste de Cartago, apenas a cerca de 26 quilômetros da capital, entre os sítios de duas pequenas cidades romanas distantes cerca de 10 quilômetros; pode muito bem ter sido incluídas no território de uma ou outra delas. O antigo nome do lugar — ou melhor, como ainda é típico da Tunísia e

---

<sup>19</sup> C. 26606 libras = ILS. 9364. Datado no período de 166-9.

nomes de lugares argelinos, do clã cuja aldeia era Gens Bacchuina (gens sendo o latim para 'família' ou 'tribo'). Esta comunidade construiu para si um templo, em terreno cedido por um dos *seus undecimprimi*, Candidus, filho de Balsômo; aqui, como em outros lugares, nós observamos um pai com nome nativo e um filho com nome latino. A dedicação deste templo é única: "Sagrado ao Saturno Imperial de Acaia (isto é, Grécia)" (*Saturno Achaiae Aug. sacr.*)<sup>20</sup>. "Imperial" é um epíteto bastante comum atribuído a divindades, e Saturno era um dos deuses favoritos da África romana, mas "*Saturno da Achaiae*"?... A explicação parece ser esta: o motivo da popularidade de Saturno na África romana é que ele era considerado o equivalente latino de *Ba'al-Hamman*, o principal deus dos fenícios, cuja adoração já era difundida na África cartaginesa antes de se tornar uma província romana. Agora as pessoas desta aldeia estavam evidentemente ocupadas romanizando-se, e assim eles quiseram enfatizar que o deus que pretendiam honrar não era mais o Púnico *Ba'al*, mas o Saturno genuíno do panteão greco-romano. Isso nos leva à importante questão da religião na África, e é preciso dizer desde já que neste aspecto da vida a romanização era bastante superficial. Os cultos pagãos mais populares em África foram os que continuaram os ritos púnicos (possivelmente em alguns casos de religião berbere) sob nomes latinos. A popularidade de Saturno é confirmada pela extrema frequência do nome Saturnino, que é de longe o nome pessoal latino mais comum na África. E assim como o velho *Ba'al* continuou a ser adorado sob seu novo nome, então a Rainha Púnica do Céu, seu consorte Tanit, era a mais adorada de todas as deusas, sob o nome *Caelestis*; às vezes ela é identificada com Juno ou Vênus, mas na maioria das vezes ela é simplesmente a Deusa Celestial'. Outro culto que é frequentemente referido é o de Ceres — como a deusa de colheitas, especialmente de grãos, padroeira natural de um país cuja prosperidade dependia tanto de sua agricultura. Aqui, de novo, é uma peculiaridade do culto local: na África proconsular, particularmente na própria Cartago, onde seu sacerdócio remontava aos primeiros.

---

<sup>20</sup> C. 12331 = ILS. 4440. Provavelmente no reinado de Antoninus .Pius.

tempos da colônia, a deusa era cultuada no plural, como a Cereres. É verdade que sua contraparte grega, Deméter, era intimamente associada na mitologia e ritual com sua filha Perséfone — elas são frequentemente chamadas de 'as Duas Deusas'; mas a pluralização de o nome latino parece estar confinado à África, então podemos ter aqui outra versão latinizada de um culto púnico. A observância generalizada de formas tradicionais de culto nas províncias africanas não exclui, evidentemente, a presença de outros cultos introduzidos como parte do aparato da civilização greco-romana; a dedicatória a "Saturno da Acaia", citada acima, ilustra a tendência comum a todas as províncias do Império de adotar os deuses do panteão clássico. Junto com esses cultos estava o culto imperial oficial, que fez parte regular da romanização das comunidades; mas desde a sua observância nas províncias africanas não apresentam características que não possam ser comparadas em outros lugares, não há necessidade. discuti-lo mais aqui. Além dos cultos romanos padrão ou oficiais, as religiões "misteriosas" importadas do Oriente encontraram seguidores na África, assim como na Espanha, Gália e Grã-Bretanha: os cultos egípcios de Ísis e Osíris, o culto asiático de Cibele, a 'Grande Mãe', e várias formas de adoração do deus-sol, notadamente o *mitraísmo* com seu apelo especial aos soldados. Mas no final foi a fé cristã que sobreviveu e superou todos os seus rivais, e em nenhuma parte do Império foi abraçada com mais entusiasmo ou defendida 'mais fanaticamente do que na África. Infelizmente, não temos registro de como, ou exatamente quando, o cristianismo chegou primeiro à África, mas não é difícil adivinhar onde. Cartago foi certamente o lugar onde os missionários primeiro teriam pregado o Evangelho e começaram a fazer convertidos; para o cristianismo nos primeiros dias de sua expansão era essencialmente uma religião de cidades, e sua propagação foi prejudicada pelas linhas de comunicação — as rotas marítimas e estradas do Império. De Cartago deve ter-se espalhado rapidamente pelo país, atingindo a maior parte do Província proconsular pelo menos até o último quarto do segundo século. Já em 180, um grupo de cristãos de uma pequena cidade chamados Scillium, em algum lugar da Numídia, foram levados perante o procônsul, acusado de inobservância dos requisitos da

religião oficial; pode ser que outros, agora esquecidos, os tenham precedido em martírio. Certamente não foram os últimos mártires da igreja africana, embora até 250 a perseguição fosse mais esporádica do que sistemático. Em todo caso, o efeito da perseguição foi apressar em vez de retardar o crescimento da Igreja (cf. observação de Tertuliano). Na época em que Cipriano era bispo de Cartago (256), ele conseguiu convocar 85 bispos da província proconsular e Numídia a um conselho. Antes do final do século III, a África parece ter sido predominantemente cristã, embora o paganismo persistiu em alguns lugares até o início do século V. A tragédia do cristianismo na África foi a divisão que rompeu a igreja em duas facções irreconciliáveis após a perseguição final no reinado de Diocleciano (303-5). Depois que Constantino se tornou Imperador e emitiu seu decreto de tolerância, uma controvérsia surgiu em África sobre o tratamento daqueles que falharam durante a perseguição. A visão ortodoxa era que aqueles que haviam cedido, por exemplo, entregando livros sagrados aos inquisidores, deveriam ser readmitidos à comunhão da Igreja após a realização de penitência adequada; a outra visão, mais rigorosa, defendida por aqueles conhecidos como donatistas, negaram a possibilidade de perdão para tais pessoas, a menos que se submetessem ao rebatismo, e certamente não permitir que ocupem cargos na igreja depois disso. Deveria ser, enfatizou, que não havia heresia aqui. Não havia diferenças teológicas essenciais entre as partes, e com o passar do tempo e as memórias das perseguições foram ficando mais fracas, as origens da sua disputa foi esquecida. No entanto, apesar dos esforços frequentes, por funcionários imperiais (mesmo pelo próprio imperador) e por líderes eclesiásticos para acabar com o cisma, nenhum dos lados estava preparado para ceder, e as duas igrejas coexistiram lado a lado nas províncias africanas até a conquista vândala. A diferença essencial entre eles não era tanto religiosa quanto social, e embora houvesse alguma sobreposição, é amplamente verdade dizer que isso correspondeu ao distinção que estabeleci no início deste capítulo entre populações da cidade e do campo. Em geral, os cristãos católicos tendia a pertencer à parte mais romanizada da população, e sua força estava na província proconsular; os donatistas para



os menos romanizados, especialmente na Numídia e na Mauritânia. Conclui-se que havia também uma diferença econômica, o catolicismo sendo identificado em grande parte com os proprietários de terras, o donatismo com os camponeses e os arrendatários das grandes propriedades. Esta distinção não deve ser aplicado com muito rigor; mesmo entre os donatistas lá eram homens de educação e posição, e em muitas cidades, especialmente na Numídia, toda a comunidade cristã era donatista. Mas nada ilustra mais claramente a natureza exclusivamente africana de Donatismo do que o fato de nunca ter se espalhado para outras partes do Império. De fato, havia um bispo donatista em Roma; mas essa exceção confirma a regra, pois havia naturalmente uma grande comunidade na população africana em Ostia em conexão com o comércio de milho. Era o único lugar onde provavelmente haveria africanos suficientes vivendo para formar uma comunidade Donatista organizada.

A existência, e mais ainda, a longa permanência do movimento Donatista pode ser visto como outra manifestação do imperfeito romanização do país a que aludi em outros contextos. Superficialmente, foi uma das mais completamente romanizadas de todos os províncias, e ganhou muitas vantagens por ser membro do Império: paz, estabilidade, governo estabelecido, padrões melhorados de vida (pelo menos para alguns), e as oportunidades de participação no desenvolvimento econômico que a expansão do comércio entre as diferentes partes do Império se abriram. Acima de tudo, talvez, ganhou a consciência de fazer parte de um todo maior, pois o uso do latim e o status de cidadania foram estendidos a mais e mais de seu povo; e, como veremos no próximo capítulo, muitos cidadãos romanos de origem africana ganharam destaque na vida do Império. Certamente não podemos dizer que os povos do norte da África permaneceram intocados por sua longa associação com Roma; muito longe maior proporção deles adotou o modo de vida, a língua e a religião de Roma do que na maioria das outras províncias ocidentais. E, no entanto, há um paradoxo. Em nenhum lugar do Ocidente é o físico evidência da presença de Roma tão abundante, até mesmo de forma esmagadora, como em África; mas agora sua romanização deixou menos vestígios na vida do país em tempos posteriores. A linguagem é um exemplo óbvio: na Itália, Gália e Espanha, o vernáculo desenvolveu-se a partir do latim, e

italiano, francês, espanhol e português modernos são reconhecíveis descendentes dela. Mesmo na Dácia, que os romanos ocupavam pelo menos por mais de dois séculos, o latim tomou uma posição forte o suficiente para se tornar o pai do romeno moderno; enquanto na Grã-Bretanha galês, o sobrevivente descendente do vernáculo celta do período romano, contém cerca de 500 ou 600 palavras emprestadas do latim. Na África, ao contrário, embora a organização romana e o uso do latim tenham sobrevivido sob o reino vândalo, eles desapareceram completamente com o conquista árabe. O Púnico desapareceu sem deixar vestígios (exceto em alguns nomes de lugares e, duvidosamente, nas palavras berberes tunisianas para 'maçã' e 'romã'), e o latim deu apenas algumas poucas palavras emprestadas aos dialetos berberes que são os descendentes atuais do vernáculo líbio. Poucas cidades romanas continuaram a ser habitadas: naquelas que o fizeram, como Tripoli, Tunis, Bizerte e Constantine, os restos do período romano foram quase totalmente destruídos. É justamente esse desaparecimento total da cultura romana de um país que o desfrutou por até oito séculos que sublinha a maioria forçadamente até que ponto a civilização romana era urbana. O povo do campo permaneceu relativamente inalterado, e as sucessivas mudanças de amos que sofreram — púnico, romano, Vândalos, bizantinos, árabes, turcos, franceses — não deixaram nenhuma marca em sua vida, linguagem e caráter. Apenas as ruínas restam em mais de 200 cidades para atestar os antigos esplendores da África.

### 3 *Africanos romanos*

Visto que tanto no Império Romano se preocupava com o exército, parece apropriado começar nossa pesquisa sobre os 'romanos africanos' olhando para alguns militares, embora teria sido igualmente possível considerar os soldados estacionados na África como 'africanos romanos', já que até o final do século II d.C., se não antes, praticamente todos os soldados que serviam na legião III Augusta, estacionados em Lambaesis, foram recrutados localmente. Provavelmente o mesmo se aplica às unidades auxiliares, embora a evidência para isso seja menos extensa. E assim acontece que várias listas inscritas de membros da legião foram encontradas nas escavações em Lambaesis, a maioria delas pertencentes ao final do segundo e início do terceiro século (embora algumas voltem até Trajano e Adriano). Além de fornecer algumas das mais evidentes e valiosas que temos para a organização de uma legião, elas dão alguns vislumbres interessantes da vida de soldados individuais. Em algumas listas, cada nome é anotado com a pátria de seu proprietário, ou seja, seu local oficial de origem - e neste período descobrimos que quase todos os soldados da legião dão sua pátria como uma cidade na África ou como *castris* 'do acampamento'. Esta última designação é usada para indicar homens que nasceram durante o serviço militar de seus pais. Até a época de Septimius Severus, os soldados não tinham tecnicamente permissão para se casar, embora essa proibição tenha sido amplamente ignorada na prática. Mas a existência da barreira legal ao casamento significava que seus filhos contados como ilegítimos e, portanto, não adquiriram possuíam cidadania por nascimento. Ao receber alta no final de seu período de serviço, o casamento de um soldado tornou-se legal, mas a legitimação de seus filhos aplicado apenas aos nascidos após a alta. Houve, entretanto, uma forma de os filhos nascidos *castris* adquirirem a cidadania, era alistando-se na unidade em que o pai havia servido. Daí uma tendência à hereditariedade da profissão das armas, que se acentuou quando Severo retirou a proibição de casamento legal e permitiu que soldados em serviço ativo estabelecessem casa com suas esposas na cidade adjacente ao quartel. No curso de tempo, a cidade de Lambaesis tornou-se muito mais extensa do que fortaleza legionária à qual devia sua razão de ser, e uma grande proporção de soldados da legião eram homens que nasceram e foram criados e alistados no exército tendo passado todos os seus 25 anos de serviço baseado

em Lambaesis, e finalmente se aposentou e se estabeleceu na vizinhança. Cerca de 35 por cento dos soldados cujas pátrias estão listadas eram 'nascidos no acampamento'; o resto, de meados do século II em diante, todos vêm das cidades da África e da Numídia. Como é de esperar, a própria Cartago fornece o maior número de recrutas — cerca de 18 por cento do total, com vários em cada lista vindos de Cirta e das três colônias legionárias Ammaedara, Theveste e Tamugadi. Mais de quarenta outros lugares são mencionados, mais de metade deles apenas uma vez cada. É claro que o recrutamento foi feito principalmente nas duas capitais e nas localidades que originaram como colonos militares. Muito ocasionalmente, a ocorrência do mesmo nome em mais de uma inscrição nos permite reconstruir algo da carreira de um soldado individual, e até mesmo de sua família. Em uma colina comandando uma das passagens nas montanhas Aures, onde uma estrada levava ao limes ao sul de Lambaesis, era um posto avançado da legião, guarnecido por um pequeno destacamento de soldados. Em algum momento do ano 198 eles configuraram uma inscrição em homenagem ao imperador Septimius Severus e seus dois filhos, e ao lado da pedra eles listaram seus nomes, com os anos em que começaram seu serviço<sup>21</sup>. O primeiro homem na lista é M. Numisius Gemellus, que foi recrutado no ano 173, apenas vinte e cinco anos antes. Ele já estava, portanto, pronto para a reforma; e com certeza, em uma lista em Lambaesis de homens recebendo sua dispensa da legião em 198, seu nome aparece novamente<sup>22</sup>. Nessa lista, sua pátria é dada como *castris*, então sabemos que ele era o filho de um soldado. Também sabemos onde ele foi morar quando voltou cansado, porque sua lápide<sup>23</sup> foi encontrada em Zeraï, um lugarzinho cerca de 24 quilômetros de Lambaesis, nas fronteiras da Numídia e Mauritânia: ali nos é dito que ele morreu aos 50 anos de idade, e sua esposa Optata de 45 anos; então parece que eles não sobreviveram muito a sua reforma. Outra lista legionária em Lambaesis<sup>24</sup> contém

---

<sup>21</sup> C. 2466 = ILS 2486

<sup>22</sup> C. 18068, col. B, l. 19.

<sup>23</sup> C. 4529.

<sup>24</sup> C. 2562, l. 38

o nome de Numisius Optatus, que certamente deve ser o filho deste casal, seguindo seu pai e avô no exército. Se os de postos comuns normalmente gastassem todo o seu serviço e carreira na província onde foram recrutados, a vida de um oficial era muito mais variado. Um epitáfio de Cillium (Kasserine) na província proconsular relata a carreira de um Petronius Fortunato, que serviu no exército por cinquenta anos e viveu até mais de 80 anos.<sup>25</sup> Seu período de serviço pode ser datado aproximadamente entre: 160 e 210: iniciou-o na legião africana, onde evidentemente mostrou-se promissor e foi marcado para promoção antecipada, sendo nomeado sucessivamente escriturário, sargento ordenança, centurião assistente e porta-estandarte (*librarius, tesserarius, optio, signifer*). Então, após apenas quatro anos de serviço, foi nomeado pelo general para promoção ao posto de centurião, e de acordo com o costume, por sua prática, foi enviada para outra legião. Em 165 M. invasão Aurélio foi promovido em duas novas legiões para defender a Itália contra uma bárbara ameaça, e foi em uma delas que ocupou sua primeira comissão. Depois disso, ele serviu como centurião em mais doze legiões, e seus postos o levaram por todo o Império — para as fronteiras do Reno e do Danúbio, de volta à Numídia para um período com sua própria legião antiga, então para a Síria, Alemanha, Grã-Bretanha, Arábia e Capadócia no leste da Ásia Menor; ele serviu na Guerra Parta de Severo, entre 197 e 202, e foi condecorado por bravura. Seu último compromisso foi com uma legião na fronteira do Danúbio, após o que se aposentou em sua cidade natal, onde ele e sua esposa erigiram um epitáfio em memória de seu filho, que depois de apenas seis anos de serviço, também como centurião, morreu em na idade de 35 anos. Tais vislumbres da carreira de soldados individuais são tentadoramente alguns; podemos aprender mais sobre as atividades do exército em geral de inscrições oficiais, entre as quais se destaca a que registra a visita de inspeção feita por Adriano no ano 128 (Pl. V, 1-4). Apenas fragmentos desta inscrição imensamente longa permanecem, mas são suficientes para nos mostrar quão completamente o Imperador realizou sua inspeção. Cito três trechos: o primeiro é de seu

C. 217 = ILS. 2658.

---

<sup>25</sup> C. 217 = ILS. 2658.

endereço e se dirigia a toda a legião após revisar suas manobras em Lambaesis; o segundo é o início de suas observações dirigidas ao destacamento de cavalaria da legião; o terceiro vem de seu agregamento a uma unidade de infantaria auxiliar, a Segunda Coorte de Espanhóis<sup>26</sup>

(a) " ... Seu próprio comandante me disse em seu nome todas as razões pelas quais eu deveria fazer concessões para você: a ausência de uma coorte, porque um é destacado anualmente em rotação para serviço junto ao Procônsul; o fato de que há três anos você enviou uma coorte e quatro homens de cada centúria [cerca de um oitavo da força total] para reforçar seus camaradas do Terceiro [i.e. outra legião com o mesmo número, estacionada no Oriente]; sua separação em muitos postos dispersos; o fato de que duas vezes na minha vida, você não apenas mudou seus aposentos, mas na verdade construiu novas fortalezas [i.e. Theveste e Lambaesis]. por razões pelas quais eu deveria desculpá-lo se a legião tivesse desistido de seus exercícios por um longo período. Mas na verdade você não desistiu de nada... "

(b) "Os exercícios militares têm, por assim dizer, as suas próprias regras, e se você adicionar a elas ou tirar algo delas, o exercício torna-se sem valor ou muito difícil. Quanto mais difícil você o fizer, menos agradável parecerá. Mas você executou o mais difícil de tudo, arremesso de dardo em armadura ... "

(c) " ... Você concluiu em um único dia entrincheiramentos (?) para o qual outros precisariam de vários dias; você construiu uma parede que precisa de muito trabalho, do tipo geralmente feito para quartéis permanentes de inverno, em um tempo não muito maior do que aquele necessário ou uma parede de relva. A grama é cortada em um tamanho padrão, é fácil de transportar e manusear e não é difícil de colocar, sendo naturalmente macio e nível; mas você usou pedras grandes, pesadas e irregulares que não podem ser transportadas, levantado ou colocado no local sem que suas irregularidades sejam aparentes. Você cortou uma trincheira reta através de áspero duro cascalho e o raspou até alisá-lo. Quando seu trabalho foi aprovado, você entrou no acampamento rapidamente, conseguiu suas rações e armas e florete devido à cavalaria enquanto cavalgava ... ",

---

<sup>26</sup> ILS. 9133.'

## PLATE V

## HADRIAN'S VISIT TO AFRICA

These coins belong to a series issued c. 134–8, and probably intended to sum up Hadrian's work for the provinces of the Empire.



1. AFRICA. Cf. frontispiece (Pl. I, 1). (Enlarged)



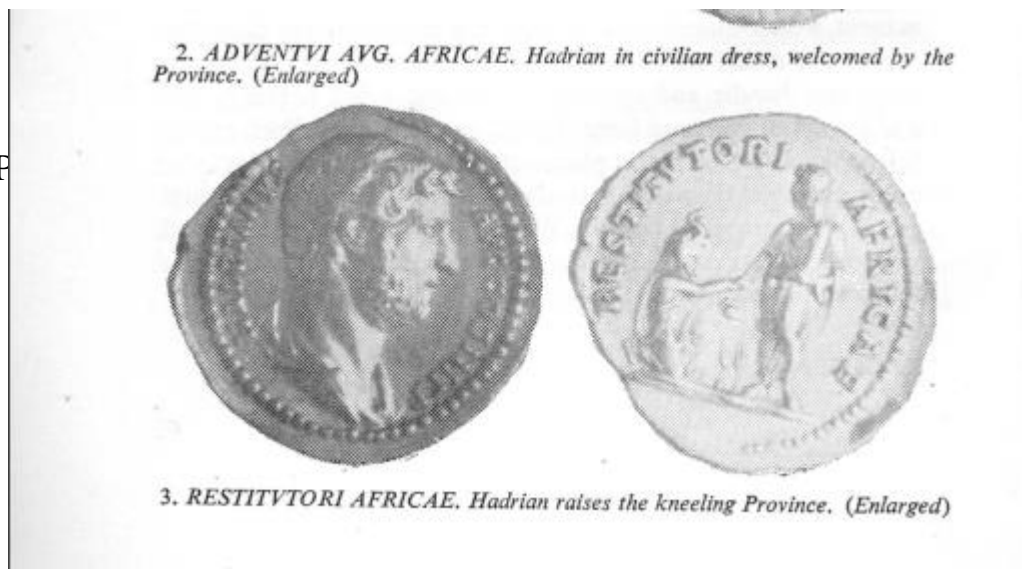
2. ADVENTVI AVG. AFRICAE. Hadrian in civilian dress, welcomed by the Province. (Enlarged)



4. EXERCITVS MAVRETANICVS. Hadrian in military uniform addresses troops in the field. Surprisingly, no coin is known referring to his visit to the army of Numidia. (Enlarged)



Por  
 or  
 mais  
 surpre  
 end  
 ente  
 que  
 possa  
 parec  
 er,



Adriano foi o primeiro imperador romano a sempre visitar a África; mas a maioria dos imperadores não eram grandes viajantes, e eles geralmente deixavam a Itália apenas se fosse necessário para tomarem o comando pessoal de um exército. Adriano foi o primeiro imperador desde Augusto a realizar uma viagem sistemática de todo o Império, e até Augusto havia deixado a África fora de seu itinerário. A próxima vez que um imperador visitou a África seria quando a própria África tivesse fornecido um ocupante do trono imperial; mas antes de nós considerarmos a carreira de Septimius Severus, devemos examinar brevemente o processo que tornou possível para um romano africano se tornar Imperador romano.

A extensão da cidadania romana às províncias, com o espaço resultante para os provinciais desempenharem um papel ativo nos trabalhos do sistema imperial, é talvez a característica mais marcante dos dois primeiros séculos do Império. Nós já vimos o processo em funcionamento nas cidades da África romana; e desde o imperial serviço militar e civil era uma carreira aberta a talentos, não demorou muito para que cidadãos das províncias africanas viessem tomar lugar ao lado de italianos, gauleses, espanhóis e gregos em cargos de responsabilidade militar e administrativa. Qualquer nascido livre

cidadão que possuísse uma certa fortuna mínima tinha direito a se inscrever como um membro da ordem equestre, o que o qualificaria para ocupar o comando de uma unidade auxiliar no exército ou ser nomeado a um cargo administrativo como procurador. Se ele mostrasse habilidade, as perspectivas de promoção eram brilhantes. Alguns dos cargos mais altos no Império eram reservados para *equites*, formadas de prefeito pretoriano, comandante das tropas pessoais do imperador que formavam a guarnição de Roma: o equivalente mais próximo que o Império Romano teve de um cargo de primeiro-ministro um número de homens da África alcançou este posto, incluindo Q. Aemilius Laetus de Thaenae (*Thyna*), que foi governante virtual do Império nos últimos dois anos do reinado do filho degenerado de Marco Aurélio, Cômodo, que tomou parte importante na conspiração para assassiná-lo e substituí-lo por um novo imperador chamado Pertinax, e apenas três meses depois tinha Pertinax, por sua vez, assassinado pelas tropas pretorianas. Não surpreendentemente, o sucessor de Pertinax ordenou sua execução! Mas vamos olhar para a carreira mais humilde e talvez mais útil de um funcionário comum. T. Flavius Macer veio de Ammaedara (*Haidra*), que se tornou uma colônia na época de Vespasiano, quando a sede legionária foi transferida de lá para Theveste, e provavelmente seu pai recebeu a cidadania naquela época. Como muitos homens de categoria equestre no segundo século, ele começou sua carreira por exercer cargo municipal em sua cidade natal; membros da liderança das famílias podem chegar ao consultório do *duovir* bem cedo. Ele era então nomeado *praefectus* da tribo Musulamii, um povo de Numídia que aparentemente estava em processo de colonização de comunidades organizadas, no tempo de Trajano. Em seguida, Trajano o nomeou curador (supervisor) para a compra de milho para abastecimento da Prefeitura Roma. Depois disso, tornou-se procurador das fazendas do império propriedades (*saltus*) nos distritos de Hippo Regius e Theveste. Até aqui todos os seus postos foram na África; mas então, algum tempo no reinado de Adriano, ele foi promovido a procurador imperial para a província da Sicília. A inscrição que nos dá esta informação<sup>27</sup> foi criada para marcar uma despedida que lhe foi dada pelas pessoas que haviam

---

<sup>27</sup> 1 ILAlg. I.3992. Cfr. ILS. 1435, de Calama (Guelma).

trabalhado com ele em Hippo — "a guilda de adoradores de nosso deuses domésticos do imperador, e os libertos e escravos imperiais, juntamente com os arrendatários (condutores) residentes no distrito de Hippo'. Portanto, não sabemos nada sobre sua futura carreira — se ele foi promovido novamente, ou quanto mais longe de casa ele pode ter ido no serviço imperial. Carreiras senatoriais, bem como equestres, estavam abertas para homens qualificados de qualquer parte do Império. Havia um *cachet* social ligado ao posto senatorial, e a maioria dos cargos mais altos no serviço imperial foram reservados para aqueles que passaram pelas magistraturas republicanas tradicionais que ainda eram mantidas em Roma: questor, pretor e consul. Assim, aqueles que tiveram a oportunidade geralmente optaram por transferir do hipismo para a ordem senatorial. Embora os postos equestres mais altos fossem os mais poderosos de todos, havia muito poucos deles, e a carreira senatorial oferecia, portanto, em geral, melhores perspectivas de promoção. Muitos homens das províncias entraram no Senado na época de Vespasiano e seu filho Tito, que incluíram entre seus novos senadores dois irmãos de Cirta, Pactumeius Pronto e Pactumeius Clemente. Não é certo que esses dois foram os primeiros senadores da África: é certo, porque uma inscrição assim o diz,<sup>28</sup> que Pronto foi o primeiro senador africano a ocupar o cargo de cônsul, cargo que conseguiu em 80 d.C.; Clemens, no devido tempo, também alcançou o consulado. Esses irmãos foram aparentemente os primeiros de uma longa linhagem de senadores de Cirta:., cerca de oitenta anos depois, o orador Cornelius Fronto (outro Cirtan), escrevendo às autoridades de sua cidade natal, após mencionando dois ou três nomes continua: "há também muitos outros homens ilustres de Cirta no Senado<sup>29</sup>." No segundo século, senadores ilustres podem vir até mesmo de lugares bastante insignificantes. Os Lollii foram líderes famílias de uma pequena cidade montanhosa perto de Cirta chamada Castellum Tidditanorum: um deles seguiu uma carreira de sucesso sob Adriano e Antonino. Q. Lollius Urbicus nasceu por volta de 100 d.C. e entrou em uma

---

<sup>28</sup> C.7058 = ILS. 1001

<sup>29</sup> Cfr. ILS. II.642-4 (Cirta). Frontão, *Epp. ad amigos II. 11*

carreira senatorial quando jovem. Depois de uma magistratura júnior e serviço militar, exerceu o cargo de questor e, sendo escolhido por Adriano como um jovem promissor, foi colocado na lista de candidatos aos dois cargos seguintes, tribuno e pretor. Após sua pretura (C. 129), ele comandou uma legião na fronteira de Danúbio, e então recebeu uma comissão especial em conexão com a supressão da rebelião judaica de 132. Foi cônsul, provavelmente em 135 ou 136, e foi então nomeado comandante do exército da Baixa Alemanha, que continha duas legiões. Após a morte de Adriano, foi transferido para a Grã-Bretanha (um comando de três legiões), onde foi o governador responsável pela construção de um *Antonine Wall* na Escócia, a fronteira mais ao norte do Império, uma obra que parece ter sido concluída c. 142/3. Por fim, sabemos que mais tarde no reinado de Antonino ele se tornou *praefectus urbi* (prefeito da cidade), o cargo mais alto aberto a um senador. Foi em sua nomeação para comandar o exército na Alemanha que seus compatriotas montaram uma estátua dele às custas do público, e é da inscrição na base desta estátua que extraímos a maior parte do nosso conhecimento de sua carreira<sup>30</sup>.

Então, em meados do segundo século, era claramente possível para cidadãos romanos da África subir para os cargos mais altos no serviço imperial, seja por uma carreira equestre, como Aemilius Laetus, ou através das magistraturas senatoriais, como Lollius Urbicus. Em Aemilius Laetus, a África produziu um criador de imperadores; assim, portanto, não surpreende que o imperador que sucedeu, proclamar-se o vingador do assassinado Pertinax, ele próprio um homem de origem africana.

Lucius Septimius Severus, o único homem nascido na província de África (Pl. I, 1) que já deteve o poder imperial, nasceu em Lepcis em 11 de abril, provavelmente em 145, durante o reinado de Antonino Pio. **11** Os Septimii, como vimos, eram quase certamente uma família de imigrantes italianos que se instalaram em Lepcis para trabalhar como comerciantes no final do período republicano. Eles devem ter sido

---

<sup>30</sup> ° C. 6706 = ILS. 1065 = ILS. II. 3605.

lá por pelo menos um século e meio na época do nascimento de Severus possivelmente muito mais tempo, e há alguma evidência, pode ter se casado com famílias púnicas da cidade. Em um recente estudo de sua família e carreira.<sup>31</sup> Mr T. D. Barnes do *The Queen College*, em Oxford, procurou demonstrar que suas origens africanas tiveram menos influência sobre o caráter e as políticas de Severus do que muitas vezes foi suposto: ele rejeita como caluniosa a história em *Historia Augusta* que Severus, toda a sua vida, falou com um sotaque africano (aquele é púnico), e que ele tinha uma irmã cujo latim era tão ruim a ponto de embarçar o imperador quando ela vinha ao tribunal, a tal ponto de mandá-la de volta para Lepcis na primeira oportunidade. Este último conto certamente deve ser considerado como o tipo de abertura que foi frequentemente produzidos para desacreditar pessoas de origem provinciana: os Septimii, como Barnes justamente observa, pertencia à aristocracia municipal de Tripolitânia, que desprezava aqueles que falavam apenas púnico, como classe baixa, já que o latim e o grego eram as línguas da cultura e da educação. Quanto ao resto, nós que vivemos em Gana podemos estar menos preparados do que um estudioso *Oxoniano* para assumir essa fluência em uma língua internacional (ou mesmo em dois) é inconsistente com a capacidade de falar o vernáculo de seu país de origem, ou que um africano familiarizado com a cultura deve necessariamente rejeitar a de sua própria terra, não pode haver base para a afirmação de que, embora Severus "possa saber algum púnico... não valorizava a língua nem a cultura dela representada<sup>32</sup>". Há uma quantidade considerável de evidências para mostrar que Severus de fato valorizou suas origens: seu ambicioso programa para a ampliação e embelezamento de Lepcis deve ser suficiente prova disso, e há confirmação disso na emissão de moedas honrando seu *Di Patrii*, ou seja, Baco (*Liber Pater*) e Hércules, os deuses patronos de Lepcis, a quem ele construiu um templo em Roma e quem ele intrometeu nas cerimônias tradicionais da *Ludi Saeculares*. Hércules é certamente, e provavelmente Baco, um nome romano para uma divindade púnica: assim como com *Saturnus* e *Caelestis*,

---

<sup>31</sup> 'A Família e Carreira de Septimius Severus', *Historia XVI* (1967), pp. 87-107. Estou em dívida com este artigo completo e esclarecedor por muito do que segue.

<sup>32</sup> 11 op. . 97 cit., p. .

então Hércules representa o deus fenício Melqart, o senhor de Tiro. Além disso, dificilmente pode ser coincidência que Severus foi o único imperador depois de Adriano a fazer uma visita de Estado à África. Dificilmente podemos contar Gordian nesta conexão, e embora Maximiano, colega de Diocleciano, haja vindo em 298, que eram negócios militares. O próprio Severus passou dois terços de seu reinado longe de Roma, mas com exceção de um tour pela Síria, Palestina e Egito após o fim de sua Guerra Parta, todas as suas ausências foram devido a necessidades militares. A turnê oriental foi principalmente devido à necessidade de confirmar a lealdade das províncias que haviam apoiado as reivindicações de seu rival: Pescennius Níger. Apenas a visita à África em 203 foi realizada simples e unicamente porque o Imperador quis ir para lá, sem necessidade militar ou política. Nem era apenas sua própria pátria de Lepcis que ele visitou. Não podemos reconstruir exatamente seu itinerário. É possível que uma análise cuidadosa das dedicatórias em homenagem à família imperial (da qual havia uma grande onda nesta época) possa revelar alguns dos lugares que visitou. Os únicos que podem ser razoavelmente certos são: a própria Lepcis, é claro, onde as inscrições referem especificamente à visita<sup>33</sup> e um marco monumental foi erguido para a comemorar; Lambaesis, onde melhorias nas ruas parecem ter sido realizadas em homenagem à ocasião;<sup>34</sup> e Cirta, onde uma inscrição "para o bem-estar e retorno seguro para casa" da família imperial certamente implica uma visita.<sup>35</sup> Também ele dificilmente pode ter omitido Cartago, que é homenageado em moedas de 203 e 204, e Utica, que, como Lepcis e Cartago, foram concedidas imunidade de impostos por Severus, e cujos cidadãos certamente ficariam mortalmente ofendidos se seus vizinhos cartagineses haviam sido visitados e eles não foram. Espero que esta discussão tenha mostrado que, como descendente de uma família há muito estabelecida na cidade púnica de Lepcis, Septimius Severus tenha toda a pretensão de ser reconhecido como um homem com origens genuínas na província de África. Barnes está certo ao dizer que suas origens africanas tiveram pouco efeito em suas conexões políticas ou nas políticas que ele

---

<sup>33</sup> IR. 292, datado do aniversário do Imperador.

<sup>34</sup> C. 2705, e vários outros provavelmente da mesma data.

<sup>35</sup> C. 6944 = ILAlg. II. 473.

seguia como imperador; mas ele certamente subestima a força de seu apego a essas origens. Uma das características interessantes da carreira de Severus é que, até o na época em que se tornou imperador, não foi particularmente distinto. Ele parece ter vindo para Roma com cerca de 18 anos e, contando com o patrocínio de outro ramo da família que havia retornado à Itália quase um século antes, para embarcar em uma carreira senatorial. Deve-se observar que nenhuma dos postos que ocupou antes de chegar ao consulado, provavelmente em 190 d.C aos 45 anos, era militar: até o comando de uma legião, um passo necessário entre a pretoria e o consulado, estava na província pacífica da Síria e, portanto, era um agente administrativo em vez de estar em um posto verdadeiramente militar. Além disso, homens cujas habilidades eram reconhecidas e de quem se esperava que subissem aos mais altos comandos não precisavam, como Severo, passar treze anos entre a pretoria e o consulado, sem emprego durante parte desse tempo. A lentidão de sua promoção contrasta fortemente com a rápida ascensão de Lollius Urbicus na época de Adriano. É, portanto, bastante surpreendente encontrá-lo, um ano após o seu consulado, repentinamente nomeado ao importante comando do exército na Alta Panônia, uma das províncias fronteiriças do Danúbio e uma das três únicas no Império neste período para conter três legiões. Os outros dois foram Grã-Bretanha e Síria, e não é coincidência que os rivais de Severus pelo poder imperial eram justamente os comandantes desses dois exércitos. Agora é um fato interessante, como Barnes apontou<sup>36</sup>, que ambos os homens, como o próprio Severus, tinham comparativamente carreiras indistintas antes de suas nomeações para esses comandos militares; e ele deduz disso que os três foram deliberadamente selecionados por Laetus por causa de sua mediocridade: ele queria garantir que os homens no comando dos maiores exércitos dificilmente interferissem em seus planos de colocar um novo imperador no lugar de Cômodo. Parece, então, que Severus foi o que pode ser chamado de um desenvolvedor tardio. Não mostrando nenhum talento particular para o comando nos estágios iniciais

---

<sup>36</sup> op. cit., pág. 93f

de sua carreira, ainda assim, aos 47 anos, contou com a sua presença de espírito para aproveitar a oportunidade que inesperadamente lhe foi apresentada pelas notícias da traição de Laetus a Pertinax, e para tirar vantagem do fato de que, dos três rivais, ele era o mais próximo de Roma para obter reconhecimento do Senado como o legítimo imperador. Depois disto ele não teve dificuldade em dispor dos outros requerentes, um de cada vez, o tempo e estabelecendo o governo de sua dinastia para durar quarenta anos (embora seus últimos membros fossem sírios e não de origem africana, sendo descendentes da irmã de sua esposa síria Julia Domna).

Soldados, funcionários administrativos e políticos, e até mesmo imperadores, estão todos muito bem à sua maneira, e, sem os seus serviços, uma estrutura tão magnífica como o Império Romano não poderia ter sobrevivido e fornecido as condições para a unificação e civilização do mundo mediterrâneo. Mas podemos muito bem considerar que um valor mais permanente atribui às realizações daqueles que, beneficiando-se da civilização estabelecida do Império Romano, produziram as obras-primas artísticas e literárias que são seu principal atrativo de nosso estudo contínuo de sua história e modo de vida. A arte da África romana é, em sua maior parte, dentro do período da tradição greco-romana: os edifícios de suas cidades e sua decoração não, em geral, diferem significativamente dos seus homólogos em outras regiões do Império; e como não sabemos o nome de um único arquiteto ou escultor das províncias africanas, é difícil avaliar quanta contribuição à África fez de fato neste campo específico. A conquista mais original da arte Romano Africana está para encontrar-se nos mosaicos que foram recuperados em grande quantidade nas escavação de sítios antigos na província proconsular e na Numídia. Eles são de todos dos períodos do segundo século d.C. até a era bizantina, e embora alguns deles representem cenas mitológicas como as que podem ser encontradas em qualquer lugar, existem muitos que com maior originalidade tiram seus temas da vida do campo, sendo a caça e a pesca os temas preferidos. A contribuição da África para o desenvolvimento da literatura latina começou muito cedo, se podemos confiar na tradição que o dramaturgo Terence, cujas seis comédias foram escritas e produzidas entre 166





e 160 a.C., era originalmente um escravo de Cartago, que recebeu sua liberdade e cidadania romana sob o nome de P. Terentius Afer, e gozou do patrocínio de Cipião Emiliano, um dos líderes entre aqueles aristocratas que desejavam encorajar a introdução da cultura grega em Roma. (É irrelevante neste conexão de que ele também foi o destruidor de Cartago; que não ocorreria até doze anos após a morte de Terêncio.) Há dificuldades, entretanto, em afirmar que Terêncio é um homem de origem púnica. Em primeiro lugar, se ele nasceu após o fim da Segunda Guerra Púnica em 202 (e como dizem que ele morreu jovem em 159, ele presumivelmente era), é difícil ver como ele poderia ter sido trazido para a Itália como cativo, pois depois do tratado de paz Cartago ficou formalmente em aliança com Roma. No entanto, é possível que ele tenha sido escravo em Cartago; há alguma evidência de que os cartagineses tinham escravos entre seus súditos líbios (isto é, berberes), e esta é de fato a nacionalidade que o nome Afer deve apropriadamente denotar. Se for assim, ele poderia ter sido vendido a um mestre italiano e posteriormente educado em Roma. Uma segunda, mas talvez menos séria dificuldade é a esterilidade singular de Cartago no talento literário: os únicos escritos conhecidos por terem sido produzidos lá eram práticas

tentativas. Mesmo assim, não é impossível que um gênio literário tenha ali nascido, e a ausência de qualquer vestígio de origem africana em suas obras seria contabilizada se ele recebesse toda a sua educação em Roma. Provavelmente devemos, portanto, considerá-lo como o primeiro 'africano Romano'. Suas comédias foram admiradas na antiguidade pela pureza de seu estilo latino e sua fidelidade aos originais gregos em que foram baseados. Houve até mesmo uma alegação atual de que eles foram realmente escritos pelo próprio Cipião, que dificilmente precisam ser tomados mais a sério do que tentativas semelhantes de discernir uma pena aristocrática por trás do nome de Shakespeare! Acontece que é nas peças do italiano Plauto que encontramos referências à África: uma delas (*Rudens*) se passa em uma parte deserta da costa perto de Cirene, e apresenta um coro de pobres pescadores africanos; outro leva o seu nome de um comerciante cartaginês (*Poenulus*), que é apresentado em falas que soam suficientemente como púnicas para terem passado com uma audiência romana.

Não é até o segundo século d.C. que encontramos escritores de África dando uma contribuição significativa para a literatura latina, e por que naquela época, como vimos, as cidades de onde eles vieram tinham atingido um alto grau de romanização. Assim como os homens da África seguiram os da Gália e da Espanha no serviço imperial, no Senado e, em última instância, ao próprio poder imperial, portanto, no segundo e terceiro séculos um período que foi principalmente desprovido de literatura de excelência, a África forneceu alguns homens de gênio original que escrevem em um estilo de latim que deveriam ser justificados em chamar caracteristicamente africano.

Antes, porém, devo mencionar a provável origem africana de um escritor que, até a descoberta de uma inscrição em sua homenagem em Hippo Regius, cerca de vinte anos atrás, ninguém havia sonhado em se associar à África. C. Suetônio Tranquillus, o autor das divertidas 'Vidas dos Doze Césares' (ou seja, Júlio César e os Imperadores de Augusto a Domiciano), foi um oficial equestre que ocupou o importante cargo de *ab epistulis* (secretário-geral) no início

no reinado de Adriano. A nova inscrição,<sup>37</sup> embora fragmentária, revela que iniciou sua carreira oficial sob Trajano, provavelmente após haver ocupando o cargo em sua cidade natal, e que sua nomeação como secretário-geral foi o ápice de uma carreira que incluiu o cargos de secretário literário e bibliotecário-chefe sob Trajano. Evidentemente, portanto, um homem cujos talentos literários o recomendavam para emprego em cargos adequados sem a necessidade de qualificação de serviço militar, e que deve ter recebido uma educação antes de sair de Hippo para Roma, que deu a esse talento uma chance de se desenvolver. De novo, não há nada caracteristicamente africano na escrita de Suetônio; na medida em que mostra originalidade, é no tipo de biografia que escreveu, destinada a produzir um retrato impressionista de seus súditos, e não em quaisquer características particulares de seu estilo latino. O estilo africano, se é que se pode falar com justiça de tal coisa, primeiro aparece nas obras de Cornelius Pronto, e atinge seu pleno desenvolvimento nas de Apuleus em Madauros, no leste de Numídia, um lugar que talvez seja significativamente conhecido por ter resistido ao avanço do cristianismo e ainda era predominantemente pagão no final do século IV. Ele nasceu cedo no reinado de Adriano, filho de um *decurio* do lugar, e o pedestal de uma estátua erguida em sua homenagem por seus concidadãos lá foi encontrado<sup>38</sup>: eles o descrevem como *philosophus Platonicus*, e chamam ele *ornamentum suum*, "o orgulho de sua cidade". 'Filósofo' é talvez um título muito grande para alguém que não fez nenhuma reivindicação particular de originalidade de pensamento; ao contrário, ele era um daquela classe de homens eruditos que o mundo antigo chamava de 'sofistas', que foram descritos como "filósofos e conferencistas populares, versáteis e bem pagos<sup>39</sup>". Uma base em filosofia era útil, mas mais importante foi o treinamento rigoroso em retórica que formou o grampo de ensino superior no mundo greco-romano. Um orador que sabia como atrair e manter a atenção do seu público, instruir,

---

<sup>37</sup> Ana. ep. 1953, n. 73. Há uma discussão completa dos problemas levantados por este documento de G. B. Townend, em *Historia X* (1961).

<sup>38</sup> ILaI. I. 2115.

<sup>39</sup> M. Grant, *The World of Rome* (Londres, 1960), p. 232

entreter e comovêr (*docere, delectare, movere* — a tradicional função do orador), tinha a certeza de ser bem recebido onde quer que fosse e poderia ganhar uma boa vida com sua profissão. Apuleius, depois de presumivelmente ir para a escola em Madauros, começou seu ensino de educação superior em Cartago, onde aprendeu os princípios e a prática da oratória latina e grega, depois foi para a Grécia para completar seus estudos em Atenas. Ele também parece ter passado algum tempo em Roma, mas ao contrário de muitos de seus contemporâneos (Pronto, por exemplo, a quem ele poderia lá tê-lo conhecido) ele preferiu não assumir um cargo, carreira oficial ou pousio, na capital; ele voltou para sua província natal, casou-se com uma rica viúva de Oea (Trípoli) e até onde sabemos, passou o resto de sua vida na África.

Sua produção literária, tanto quanto sobreviveu, mostra considerável versatilidade, incluindo oratória, filosofia religiosa e a única romance latino a ter sobrevivido por completo. A maior parte de nosso conhecimento de sua carreira é derivada do discurso que ele fez em sua própria defesa (Apologia), quando foi acusado perante o procônsul de usar bruxaria para ganhar as afeições, e com isso a fortuna de sua esposa Pudentilla; é um método brilhante e devastadoramente eficaz de exibição de erudição, destinada a mostrar seus oponentes como rústicos sem instrução. Sua obra mais famosa é o romance, geralmente conhecido como 'O Asno de Ouro' (seu título formal é *Metamorfoses*), no qual a mesma veia de exuberância extravagante é trabalhada para o adorno de uma trama que gira em torno da fantástica ideia de um homem sendo transformado em um burro e seus esforços desesperados para recuperar sua verdadeira forma. A história dá muito espaço para aventuras emocionantes e bufonaria, mas é escrita de forma continuamente engenhosa e estilo imaginativo, e há duas seções que se elevam a um superior nível de invenção. Um deles é o elaborado e encantador conto popular de Cupido e Psique, menina mortal, fada e noiva, que ocupa um lugar central no todo, estendendo-se pela maior parte de três livros. Por um paradoxo típico, é posto na boca de uma bruxa velha feia e bêbada, que diz isso para passar o tempo para uma garota capturada por um bando de assaltantes. A outra é a maravilhosa epifania da grande deusa Ísis que cultiva o clímax da obra, e que talvez pretenda sugerir uma interpretação de todo a

história como uma espécie de alegoria da redenção. Está escrito com força e sinceridade que tornam quase certo que temos aqui um expressão da crença religiosa do próprio autor<sup>40</sup>:

"Todos os perfumes da Arábia flutuaram em minhas narinas como a deusa se dignou a dirigir-se a mim: 'Você me vê aqui, Lúcio, em resposta à sua oração. Eu sou a Natureza, a Mãe universal, senhora de todos os elementos, filha primordial do tempo, soberana de todas as coisas espirituais, rainha dos mortos, rainha também dos imortais, a única manifestação de todos os deuses e deusas que são. Meu aceno governa as alturas brilhantes do Céu, as salutares brisas marinhas, os lamentáveis silêncios do mundo abaixo. Embora eu seja adorada em muitos aspectos, conhecida por incontáveis nomes, e propiciados com todos os tipos de diferentes ritos, mas toda a terra redonda me venera".

Em Apuleio, a África do Norte, produziu um dos últimos grandes escritores latinos de prosa do mundo pagão; na próxima geração ela produziu o primeiro dos grandes escritores da prosa cristã. Tertuliano pode muito bem ter conhecido Apuleio; ele nasceu, provavelmente em Cartago, por volta do tempo que Apuleio estava palestrando lá, e ele parece ter passado a maior parte de sua vida lá. Ele foi formado como advogado, mas em sua conversão à fé cristã abandonou a prática e dedicou-se à redação de tratados destinados a explicar e defender sua nova fé. Isso ele faz com um vigor, na verdade uma veemência, que é quase sem paralelo na literatura latina (ou em qualquer outra); o estilo dele tem tudo: a efervescência de Apuleio, mas ele é escritor muito mais sério e sincero. Ele foi provavelmente uma testemunha ocular do mais famoso de todos martírios norte-africanos — o de Perpétua e suas companheiras no anfiteatro de Cartago, em 203 — e talvez compilado a narrativa desse episódio que é um dos registros mais comoventes dos sofrimentos da Igreja primitiva; mas já seis anos antes ele havia escrito em sua obra mais conhecida, o *Apologeticus*, uma tentativa de convencer os governadores provinciais romanos da ilogicidade e inutilidade de perseguir os cristãos: "*Plures effricimur quoties metimur*

---

<sup>40</sup> Apuleio, *Metamorfoses* XI. 4 (trans. R. Graves).

*a vobis, semen est sanguis Christianorum,*"<sup>41</sup> dos quais a habitual tradução epigramática mas imprecisa é "o sangue dos mártires é a semente da Igreja". Como amostra de sua obra, cito outro livro, *De Spectaculis*

('Nos shows', ou seja, na arena), sua tremenda visão do Juízo Final<sup>42</sup>:

“Quão vasto foi o espetáculo daquele dia, e quão amplo!  
Que visão despertará minha admiração, qual é o meu riso,  
minha alegria e exultação? como vejo todos aqueles reis,  
aqueles grandes reis, bem-vindos (foi-nos dito) no céu, junto  
com Jove, junto com aqueles que contaram sobre sua ascensão,  
gemendo nas profundezas da escuridão! E os magistrados que  
perseguiram o nome de Jesus, liquefazendo-se em chamas mais  
ferozes do que eles se inflamaram em sua raiva contra os  
cristãos! aqueles sábios, também, os filósofos corando diante de  
seus discípulos enquanto eles brilham juntos, os discípulos a  
quem eles ensinaram que Deus estava preocupado com nada,  
que os homens não têm alma alguma, ou que almas elas nunca  
retornarão aos seus corpos anteriores! ”

Mesmo na tradução, a paixão e a sintaxe torturada do 'africano zeloso', como Gibbon o chamou, retêm sua força após quase dezoito séculos. Uma breve menção deve bastar para Cipriano, bispo de Cartago e líder da Igreja Africana na época da perseguição de Décio (250-3). Ele também passou pelo treinamento usual em retórica em Cartago, e embora ele reconhecesse Tertuliano como seu mestre, ele escreve em um latim mais próximo dos modelos clássicos de Cícero e Sêneca, com cujas obras (assim como a poesia de Virgílio) ele foi evidentemente familiarizado. Várias obras teológicas dele existem, mas a parte mais interessante de sua produção consiste nas letras que o revelam correspondente em assuntos de teologia e organização eclesiástica com outros bispos em Roma, Espanha, Gália e mesmo tão longe quanto Capadócia.

O último e maior dos escritores latinos da África nasceu quase um século após a morte de Cipriano, e cerca de quarenta anos depois

---

<sup>41</sup> Tertuliano, *Apologeticus* 50. 13.

<sup>42</sup> id., *De Spectaculis* 30 (trad. T. R. Glover).

Constantino havia finalmente aceitado o cristianismo como a religião do Império. Aurelius Augustinus veio da pequena cidade de Thagaste (*Souk-Ahras*), não muito longe da cidade natal de Apuleio, Madauros. Como Apuleio, ele era filho de um *decurio*, embora não fosse rico, já que por volta do século IV o ônus da tributação havia reduzido muitas famílias outrora prósperas quase à penúria. Ainda assim, o jovem Augustinus foi capaz de seguir o curso normal de uma educação liberal, primeiro em casa, depois em Madauros, finalmente em Cartago. Ele nos diz que sempre gostou mais do latim do que do grego, o que explicaria por que foi ao lado de Roma, em vez de Atenas. Seus estudos em Roma foram de tanto sucesso que aos 30 anos foi nomeado professor de retórica em Milão. Enquanto estava lá, ele ficou sob a influência do bispo Anbrose, e depois de muita meditação acabou se tornando um cristão. Sua peregrinação espiritual, desde a infância a meia idade, está registrado de forma memorável em suas Confissões<sup>43</sup> autobiográficas (provavelmente publicado por volta de 400, dez anos ou mais depois que ele começou seu ministério como padre cristão em Hippo Regius, onde passou o resto de sua vida). É difícil encontrar uma passagem curta para citar como um exemplo de sua escrita; ele é um daqueles autores que precisam de espaço para desenvolver seus argumentos, e cujo sabor é melhor apreciado em extratos substanciais. Talvez esta passagem de seu relato de seus dias de escola servirá tão bem quanto qualquer outro, revelando não só sua sensibilidade espiritual, mas sua percepção psicológica,:

"Não nos faltou, Senhor, nem memória nem inteligência; foi vossa vontade de que devemos tê-los em ampla medida para os nossos anos. Mas adorávamos jogar e por isso éramos punidos com homens que certamente se comportavam da mesma maneira. Mas a ociosidade dos adultos é chamada de negócio; o negócio das crianças — para tal é punido, e ninguém tem pena das crianças ou dos adultos ou de ambos. Qualquer observador de bom senso pode pensar certo que eu deveria ter sido espancado por jogar bola e assim impedir meu progresso na aquisição de conhecimentos que um dia me ajudariam jogar um jogo mais feio? E o que havia para escolher entre eu e o mestre que me bateu? Pois, se um de seus colegas

---

<sup>43</sup> *Auaustme, Confessions* T. 9. IS. 0

“derrotou-o em alguma discussão sovina, ele ficou mais atormentado com inveja do que eu, quando perdi uma partida de bola para um dos meus amiguinhos!”

A obra-prima de Agostinho foi o tratado em 22 volumes (*De Civitate Dei* ('A Cidade de Deus')), em que desenvolveu a ideia do contraste entre a cidade terrena e a celestial (ideia encontrada em bem antes quanto Sêneca), visto na captura de Roma pelos góticos invasores em 410, em uma indicação clara da natureza temporária de até mesmo o maior dos impérios terrestres. Ele viveu o suficiente para ver o virtual fim do domínio romano na África. Quando ele morreu em 430, os vândalos já haviam varrido a Mauritânia e estavam sitiando sua própria cidade de Hipona; e apenas nove anos depois eles iriam capturar Cartago em si. Agostinho e seus contemporâneos viviam em um mundo decadente; mas dessa era de caos o medieval e, finalmente, o moderno mundo nasceria, e Agostinho fez mais do que a maioria para transmitir à cristandade medieval as tradições e os valores do Império Romano cristão. Talvez, a longo prazo, esse tenha sido a melhor e maior contribuição que foi feita para a civilização do mundo ocidental pela África romana e seus romanos africanos.

FIM